

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



FURG

DISSERTAÇÃO

**Estratégias da população de baixa renda na produção do espaço urbano:
o caso do Loteamento Ceval em Pelotas – RS.**

Maria de Fátima Santos da Vara

Rio Grande, 2009

Maria de Fátima Santos da Vara

**Estratégias da população de baixa renda na produção do espaço urbano:
o caso do Loteamento Ceval em Pelotas – RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em Geografia da Universidade Federal do
Rio Grande – FURG, como requisito parcial à
obtenção do título de mestre em geografia.

Orientador: Profº. Drº. Sidney Gonçalves Vieira

Rio Grande, 2009

Banca Examinadora:

Orientador: Prof^o. Dr^o. Sidney Gonçalves Vieira

Prof^o. Dr^o. Dário de Araújo Lima

Prof^a. Dr^a. Rosalina Burgos

Prof^o. Dr^o. Solismar Fraga Martins.

Dedicatória

Dedico esse trabalho ao meu esposo, Hermes da Vara, e aos meus filhos Samanta, Shana e Júnior (em memória) que sempre me apoiaram e incentivaram nos momentos difíceis dessa jornada. Acredito sinceramente, que a compreensão e carinho de minha família foram fundamentais para a minha caminhada tornando possível a realização desse momento.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Sidney Gonçalves Vieira, pela paciência e dedicação diante de minhas limitações e dificuldades.

Aos moradores do Loteamento Ceval pela acolhida amigável e diálogo franco e esclarecedor da realidade por eles vivida.

À assistente social Eneida Rodrigues Tavares e à arquiteta Marta da Rosa e Silva pela grande ajuda com o material disponibilizado e os relatos sobre a ocupação do Loteamento Ceval.

À Universidade Federal de Pelotas pelo apoio com todo o material dispensado, especialmente, ao Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, na pessoa da professora Nirce Saffer Medvedovski.

À minha colega de trabalho, Rosângela Vargas, pela amizade e apoio incondicional em todos os momentos dessa jornada, além da valiosa contribuição prestada ao trabalho.

Ao Vinícius Lacerda, conhecido recente, que não hesitou em ajudar quando foi solicitado.

À todos os amigos que de uma forma ou de outra colaboraram com a realização desse trabalho.

*Eis o que é o espaço urbano:
fragmentado e articulado, reflexo e
condicionante social, um conjunto de
símbolos e campo de lutas.*

Roberto Lobato Corrêa

Resumo

O presente estudo aborda a questão da apropriação desigual do solo urbano e as estratégias da população de baixa renda para enfrentar o problema da falta de moradia e dos serviços públicos no espaço urbano, através de um Estudo de Caso no Loteamento Ceval na cidade de Pelotas. A análise está baseada, primeiramente, num estudo teórico, buscando o entendimento sobre o assunto. Para um aprofundamento do estudo e cruzamento com a bibliografia investigada, procurando uma maior proximidade possível com a realidade, foi realizada uma pesquisa de campo. No loteamento Ceval foram aplicados questionários semi-estruturados, além de entrevistas abertas com a comunidade. A coleta de dados na Secretaria Municipal de Urbanismo e na Secretaria Municipal de Habitação do município de Pelotas se deu através de entrevistas abertas. O decorrer do estudo apontou que o valor atribuído à terra no sistema capitalista e a distribuição desigual de renda, relega grande parte da população aos espaços urbanos com deficiências de infraestrutura e distantes dos seus locais de trabalho. Essa situação faz com que, muitas vezes, a população de baixa renda desenvolva estratégias na ocupação das áreas centrais, que não raro, são consideradas ilegais pelo poder público local, o qual encontra como solução a remoção dos moradores para áreas distantes do centro da cidade. A pesquisa revelou que as principais estratégias utilizadas pela população de baixa renda na produção do espaço urbano são: invasão das áreas centrais urbanas, resistência à remoção, busca de apoio de outros grupos sociais e as reivindicações de melhorias na infraestrutura, além da aquisição da moradia numa área de posse e a eventual venda da mesma com a finalidade de geração de renda. A conscientização, tanto pela população de baixa renda quanto pelas autoridades públicas competentes, dos direitos básicos garantidos na lei para todos os cidadãos, como o direito a moradia digna, é uma das medidas necessárias para a amenização do problema. A organização e reivindicação efetiva por parte da população carente junto ao poder público local, em âmbito global, são ações fundamentais para que esses direitos sejam cumpridos em sua íntegra, melhorando a qualidade de vida da população de baixa renda.

Palavras-chave: Espaço Urbano. População de Baixa Renda. Estratégias.

Abstract

The present study is about the question of the unlike urban soil appropriation and the poor people's strategies to face the problem of lack of habitation and also the public services in the urban area through a "Study of the Fact" at parcels of lands called CEVAL in Pelotas. This analysis is based on , at first, in a theoretical study in order to understand the issue. It was done a research (field investigation) to know much more about the study and also to cross the investigated bibliography, trying to get more proximity with the reality. Semi structured questionnaires and open interviews were applied to the community. The data collect at Secretaria Municipal de Urbanismo and Secretaria Municipal de Habitação, in Pelotas, were done through open interviews. The study showed that the value assigned to the land in the Capitalism system and the unlike income distribution, lets a huge part of population in the urban areas with structure problems and far away from their work. Because of this situation, the poor population sometimes develop strategies to possess central areas which are considered illegal by the local public government that in order to solve the problem, concentrate the poor population in distant lands from downtown. The survey showed that the main used strategies by the poor population to produce the urban area are: invasion of central urban areas, transfer resistance, support inquiry from other social groups and the structure improvement claim and also the acquisition of houses in a possess area and the eventual sold of it to generate income. The responsible government authorities and also the poor population awareness of their basic rights guaranted by the law to all the citizens as the home rights is a necessary demand to solve the problem. The effective organization claim of the poor population to the local public government in a global way are important actions to have these rights totally assured to improve life quality to the poor population.

Key words: urban área. Poor population. strategies

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Sul destacando a localização do município de Pelotas - 2008	32
Figura 2 – Mapa do Loteamento Ceval - 2009	59
Figura 3 – Rua coberta de lama no Loteamento Ceval - 2009	61
Figura 4 – Área baldia no Loteamento Ceval - 2009.....	62
Figura 5 – .Casebres construídos em áreas invadidas, atualmente, no Loteamento Ceval - 2009.....	63
Figura 6 - Casebres improvisados no Loteamento Ceval por ocasião da invasão - 2004	69
Figura 7 - Módulos desenvolvidos pelo Projeto NINHO -2006	72

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano no município de Pelotas -2003.....	36
Tabela 2 – Números de Programas Sociais em Pelotas - 2004.....	37
Tabela 3 – Distribuição da população no município de Pelotas - 2007.....	52
Tabela 4 – Total de necessidades habitacionais por déficit ou inadequação habitacional no município de Pelotas -2007	55
Tabela 5 - Renda per capita das famílias (em reais) -2009	65
Tabela 6 – Profissão dos chefes de família -2009.....	66
Tabela 7 – Situação da moradia anterior - 2009	74
Tabela 8 – Grau de escolaridade dos chefes de famílias - 2009.....	80

Lista de Abreviaturas

AEIS.....	Áreas Especiais de Interesse Social.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
CEF	Caixa Econômica Federal.
CEFET	Centro Federal Tecnológico.
FGTS.....	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FURG.....	Universidade Federal do Rio Grande.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense.
ITEPA.....	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria.
NAUrb	Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.

ONUOrganização das Nações Unidas.

PDPPlano Diretor de Pelotas.

SEUrb Secretaria Municipal de Urbanismo.

SISTECOM Sistema Tecnológico de Construção Ltda.

SMH.....Secretaria Municipal de Habitação.

UCPelUniversidade Católica de Pelotas.

UFPel Universidade Federal de Pelotas.

UNPFFundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Found, em inglês).

Sumário

1 Contextualização teórico-metodológica e histórica.....	14
1.1 Construção do conhecimento	18
1.1.1 Pesquisa científica	18
1.1.2 Ciências naturais e sociais e as especificidades dos métodos.....	22
1.1.3 Importância do método dialético.....	23
1.1.4 Metodologia do trabalho	27
2 O município de Pelotas.....	32
2.1 Localização do município	32
2.2 Histórico socioeconômico e situação atual	33
3 A produção do espaço urbano no capitalismo.....	39
3.1 O Estado e o planejamento urbano	43
4 O Crescimento urbano e as Áreas Especiais de Interesse Social	48
4.1 O aumento populacional nas cidades	48
4.2 O crescimento urbano e o aumento das AEIS em Pelotas.....	51
5 Estratégias da ocupação da Ceval	58
5.1 Localização e caracterização da área	59
5.2 Invasão da área.....	64
5.3 Resitência e permanência na Ceval	68
5.4 Autoconstrução: mutirão.....	71
5.5 Posse: valor de uso e valor de troca	74
5.6 Desmobilização da comunidade.....	77
5.7 Reflexões sobre as estratégias utilizadas pelos moradores	79

6 Considerações finais	83
7 Referências	87
8 Apêndices	92
9 Anexos	100

1 Contextualização teórico-metodológica e histórica

O presente estudo aborda a questão da apropriação desigual do solo urbano e as estratégias da população de baixa renda para enfrentar o problema da falta de moradia e dos serviços públicos no espaço urbano, através de um Estudo de Caso no loteamento Ceval na cidade de Pelotas.

Apesar de a legislação brasileira garantir a moradia como um direito social, muitas famílias brasileiras lutam para conseguir um local para morar. Conforme o Artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição".

Observa-se que a habitação está incluída nas necessidades básicas do ser humano, a moradia é uma condição primordial para a sobrevivência, uma vez que, poucas pessoas suportariam viver, por muito tempo, exposto ao relento, sem qualquer tipo de abrigo.

No entanto, como a aquisição de um terreno e a construção da moradia está intimamente ligada aos recursos financeiros da pessoa, a falta de moradia atinge, particularmente, a população de baixa renda. Pois, muitas vezes, o salário que ganham (quando não estão desempregados) não lhes permite comprar um imóvel ou até mesmo pagar aluguel, sem comprometer outras necessidades básicas, como a alimentação e a vestimenta. Conforme o Ministério das Cidades:

As necessidades habitacionais, quantitativas e qualitativas, concentram-se cada vez mais nas áreas urbanas e nas faixas mais baixas de renda da população e estão localizadas, principalmente, nas Regiões Metropolitanas. Em 2000, **88,2%** do déficit habitacional urbano do País correspondiam a famílias com renda de até cinco salários mínimos. (www.cidades.gov.br, acessado em: 24/01/2008).

A crise habitacional começa com o acelerado crescimento urbano no mundo a partir do processo de industrialização. As péssimas condições habitacionais e a segregação social do espaço urbano são características marcantes da urbanização mundial.

O déficit habitacional, nos documentos oficiais, está frequentemente associado a uma defasagem entre o ritmo de crescimento da população urbana e o da construção de novas casas. Ou seja, o surgimento de loteamentos precários, com infraestrutura deficiente seria uma consequência do desequilíbrio entre o grande número de pessoas vivendo nas áreas urbanas e o tempo para a produção de moradias.

Essa argumentação reduz a problemática aos fenômenos demográficos. Contudo, a falta de moradias e infraestrutura urbana é problema, principalmente, para a população de baixa renda porque não pode pagar por esse serviço. Conforme Maricato (2001, p. 41):

A industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo.

Na verdade, a partir da Revolução Industrial, o valor de uso da terra passa a ser substituído pelo valor de troca, relegando assim, grande parcela da população a viver em áreas urbanas deficientes em infraestrutura e consideradas irregulares, além de residirem em casas construídas precariamente, muitas vezes, em regime de mutirão.

A terra possui valor de uso quando utilizada com a finalidade de moradia, porém, no sistema capitalista, esse bem é amplamente monopolizado como valor de troca. A terra considerada como valor de troca, possui valores desiguais, principalmente, determinados pela localização, além da infraestrutura e serviços coletivos

proporcionados pelo Estado. Isso significa que as áreas centrais bem servidas pelo poder público são monopolizadas por agentes capitalistas ocorrendo uma sobrevalorização, ficando assim, seu acesso restrito à classe de alta renda.

Mesmo em áreas distantes do centro da cidade, a terra considerada como mercadoria é acessível apenas para a parcela da sociedade que pode pagar o seu preço. Conforme Rodrigues (2001, p. 12):

A chamada crise habitacional está presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores. Não se conhece grandes empresários ou executivos que tenham dificuldades de morar adequadamente, desde que, é claro, paguem por esta mercadoria tornada escassa e cara. Para quem conta com recursos limitados, a oferta de imóveis no mercado não é compatível com seus salários. Para quem conta com recursos limitados, a crise habitacional não é nova.

Dessa forma, o pressuposto é de que o processo ilegal de ocupação das áreas urbanas constitui-se, muitas vezes, no único recurso de conseguir a casa própria para uma parcela significativa da população. Ou seja, para a parcela da população que não tem acesso a moradia através da compra, mesmo que parcelada, ou do aluguel, não resta alternativa que não seja a invasão.

Nesse contexto, a proliferação de Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), expressa a condição de pobreza em que se encontra grande parte da população urbana na cidade de Pelotas. Segundo o Relatório do Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAUrb) 2007 da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) as AEIS são áreas ocupadas pela população de baixa renda e destinadas, prioritariamente, a regularização urbanística e/ou jurídica.

As desigualdades sociais no espaço urbano podem ser identificadas através da paisagem, em Pelotas. De acordo com o Ministério das Cidades (2004) "A segregação espacial nas cidades se manifestam fisicamente evidenciando a desigualdade social e a concentração de renda como características da sociedade brasileira".

A diferença entre os bairros de classe de alta renda e de classe de baixa renda, no caso desse estudo, as AEIS, é visível no espaço urbano. Enquanto os bairros ricos possuem casas de luxo e uma ótima infraestrutura, os bairros pobres apresentam, na maioria das vezes, infraestrutura e moradias precárias.

Acredita-se que para entender a problemática da apropriação desigual do solo urbano é necessário considerar a contradição no sistema capitalista que se expressa entre a produção social do espaço geográfico e a apropriação desigual marcada na paisagem urbana. Essa contradição é mais facilmente verificada com o aumento populacional a partir de 1950, no Brasil, que provoca uma crescente valorização do solo urbano.

Diante do exposto, pode-se então afirmar que existe uma luta constante por parte da população menos favorecida economicamente para ocupar o espaço urbano. Assim, o principal objetivo dessa pesquisa é entender as estratégias utilizadas pela população de baixa renda para ocupar o espaço urbano, como por exemplo, adquirir a posse ou a propriedade de um terreno, a construção de suas moradias e a infraestrutura do seu entorno.

Entre os objetivos específicos procurou-se caracterizar a área da Ceval e o perfil socioeconômico dos moradores através das variáveis de renda per capita, grau de escolaridade e o índice de desemprego dos chefes de família. Também procurou-se entender, como se deu o processo de ocupação, os motivos que levaram os moradores a ocuparem essa área e às conquistas que obtiveram junto ao poder público local no que se refere a infraestrutura e serviços coletivos oferecidos nesse local.

Acredita-se que, além de uma organização por parte da população de baixa renda na luta pelos seus direitos sociais, nesse caso, o direito à moradia, foi necessário também, a ajuda de outros segmentos da sociedade. Principalmente de grupos políticos, para fortalecer as reivindicações e conseguir as moradias e a infra-estrutura local.

O ponto de partida para a compreensão da problemática, de um modo geral, se dará a partir de 1950 com o desenvolvimento industrial, no Brasil. Esse recorte temporal justifica-se porque é a partir da industrialização do país que o processo de urbanização se intensifica, assim como as desigualdades sócio-espaciais.

A partir dessa época, a divisão do trabalho é aceleradamente intensificada e, conseqüentemente, a exploração dos trabalhadores e do espaço ganha mais força. Esse modo de produção baseado no trabalho assalariado e na propriedade privada acirra, ainda mais, a desigualdade sócio-espacial no espaço urbano.

Como recorte espacial do estudo em questão foi escolhido o Loteamento Ceval, considerado uma AEIS, por carecer de regularidades urbanísticas e fundiárias. E principalmente, pela organização da comunidade para invasão da área e resistência diante da ameaça de remoção travando um conflito com o poder local para fazer valer seus direitos à moradia.

Dessa maneira, a principal preocupação do trabalho é com a desigualdade sócio-espacial identificada no contraste entre as áreas residências no espaço urbano de Pelotas e com qualidade de vida dos moradores das AEIS.

É importante ressaltar que a pesquisa discute uma problemática complexa envolvendo inúmeras variáveis referentes a desigualdade socioespacial verificada na sociedades capitalista de um modo geral e, observada na cidade de Pelotas refletida nos diversos espaços de pobreza. No entanto, espera-se contribuir para discussões futuras sobre a segregação sócio - espacial urbana visando a construção de uma sociedade mais igualitária e justa para todos.

1.1 Construção do conhecimento

1.1.1 Pesquisa científica

A pesquisa científica pode ser entendida como uma ação de busca e reflexão visando um conhecimento aprofundado para a explicação de um fenômeno da realidade, através de uma investigação minuciosa do objeto a ser apreendido. Conforme nos esclarece Minayo (2000, p. 17) “Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”.

Geralmente o fenômeno ou objeto estudado em uma pesquisa científica constitui-se em um fator inquietante ou problemático para a sociedade e/ou para o pesquisador. Assim, o ponto de partida para a tentativa de resolver a problemática levantada na pesquisa começa com alguns questionamentos por parte do pesquisador. . As perguntas: como, por que, quando e onde, orientam inicialmente o trabalho do

pesquisador. Ou seja, é através de indagações que começa a delinear-se o que se denomina problema – de – pesquisa.

O ponto de partida para a produção do conhecimento científico, segundo Luckesi (1991) é a sensibilidade na percepção dos fenômenos e o questionamento sobre eles. Uma vez percebido o problema o passo seguinte é o levantamento de hipóteses que nada mais são do que respostas prévias para a solução do problema, contudo, essas hipóteses podem ser negadas no decorrer ou no final da pesquisa científica. De acordo com Luckesi (1991, p. 75): “A hipótese é o elemento norteador de nosso trabalho, no sentido de obtermos intencional e seletivamente os elementos que venham sustentar ou negar o valor da resposta que estamos supondo”

Para a realização de uma pesquisa científica é necessário também, que o investigador siga vários passos ou etapas que organizem os procedimentos a ser utilizado visando a análise, interpretação e compreensão do problema levantado anteriormente. As fases planejadas para a execução do processo investigativo constituem-se na metodologia utilizada pelo pesquisador.

Entretanto, Minayo entende que a metodologia tem um significado muito maior que a mencionada acima, pois de acordo com a autora (2000, p. 16) “Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas”. Na concepção da autora a metodologia não significa apenas técnicas e instrumentos, mas sim uma interação, ou seja, “... articulação entre conteúdos, pensamentos e existência”.

Assim, após o estabelecimento de uma ou mais hipóteses, o próximo passo seria a coleta de informações específicas do nosso problema de pesquisa, nesse contexto, estão inclusas as informações teóricas e da prática verificada no dia-a-dia, ou seja, o que se denomina trabalho de campo. Entretanto, Luckesi (1991) nos esclarece que somente uma verificação que confirme a hipótese não é suficiente para chegar ao quinto passo, ou seja, tentar generalizar a nossa interpretação do mundo que nos cerca. É necessário, na tentativa de estabelecer uma lei geral, obter antes, uma constante de resultado na experimentação da hipótese.

Os procedimentos metodológicos são complementados por elementos de conduta moral. De acordo com o autor (1991, p. 79)

Cremos que não basta, como autores de conhecimentos novos, só nos dispormos a utilizar princípios lógicos e metodológicos. Como seres humanos que somos, devemos, para com o nosso exercício de desvendamento da realidade e sua conseqüentemente divulgação, nos ater a um conjunto de procedimentos que pertencem a um âmbito de reflexão que poderíamos chamar de "moral intelectual.

Nesse contexto, a metodologia utilizada nas fases percorridas pelo investigador não devem ser confundidas com o método. Enquanto que a metodologia sistematiza os passos que o investigador planeja para realizar o trabalho o método vem antes do estabelecimento dessas fases. O método está intimamente ligado com a interpretação do pesquisador sobre o material coletado e o suporte teórico que utilizará. No que se refere ao método Severino (1996, p. 118). entende que:

...do mesmo modo como existem vários processos de levantamento de dados empíricos, existe igualmente vários modos de interpretação lógica destes dados. Trata-se de vários métodos epistemológicos utilizáveis para a compreensão significativa dos dados reais. Por isso, a ciência não pretende mais atingir uma verdade única e absoluta; suas conclusões não são consideradas como verdades dogmáticas mas como formas de conhecimento, conteúdos inteligíveis que dão um sentido a determinado aspecto da realidade.

Para o autor (1996) os diversos métodos estão dependentes igualmente da diversidade com que os aspectos da realidade se apresentam cada um explicando a realidade de acordo com seus princípios e leis lógicas e com seus fundamentos filosóficos próprios. De acordo com essa concepção, entende-se que dependendo do método utilizado em uma pesquisa, o conhecimento produzido pela mesma terá características diferentes de análise.

De acordo com Spósito (2004, p. 24): "o método se constitui em um instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação". Alguns estudiosos, como Severino, consideram uma grande gama de métodos científicos existentes, entretanto, para

Spósito (2004), existem apenas três métodos distintos e coerentes para o trabalho intelectual, a saber: hipotético-dedutivo, dialético e hermenêutico - fenomenológico.

Gil (1994, p. 27) entende que existe distinção entre método e método científico, para o autor “pode-se definir método como um caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. Ainda conforme Gil (1994, p. 27 – 28) o método científico se subdivide-se em gerais e específicos. “Os primeiros são os que proporcionam a base lógica para a investigação. São essencialmente métodos de raciocínio. Os últimos são os que indicam os procedimentos técnicos a serem adotados na investigação científica”.

Assim, os métodos específicos são entendidos como a adoção de técnicas para a orientação na realização da pesquisa. Já os métodos gerais possibilitam a via de explicação do fenômeno estudado. Conforme Gil (1994, p. 28):

Mediante estes métodos, o pesquisador pode decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade das generalizações. Pode-se dizer que, os métodos gerais tem como objetivo fundamental oferecer soluções para os problemas epistemológicos da investigação científica.

No que se refere aos métodos gerais, da mesma forma que Spósito (2004) Gil (1994) considera que existam somente três métodos gerais, os mesmos citados por Spósito. De acordo com Spósito (2004) a adoção do método está vinculado a uma visão de mundo do pesquisador. Isso porque os procedimentos e caminhos para a produção do conhecimento obedecem alguns critérios adotados pelo sujeito em relação ao objeto. Conforme o autor (2004, p. 55):

O método não existe como uma entidade simples e desconectada da realidade científica. Ele comporta, ao ser internalizado e utilizado pelo pesquisador, outros elementos. Esses elementos são, sem nenhuma preocupação de comparar suas importâncias, a doutrina, a teoria, as leis, os conceitos e as categorias.

Dessa maneira verifica-se que a escolha do método para a realização de uma pesquisa científica é o primeiro passo do pesquisador de acordo com seus pensamentos e doutrinas e pressupostos teóricos, sobre o objeto a ser conhecido.

1.1.2 Ciências naturais e sociais e as especificidades dos métodos

Nas ciências naturais a objetividade do método pressupõe um distanciamento entre o pesquisador e o objeto de estudo diminuindo a influência da subjetividade. Porém, nas ciências sociais o objeto estudado é um determinado grupo social, e assim, o pesquisador também faz parte desse objeto. Nesse contexto, muitos acreditam que, o investigador está mais sujeito a influenciar no desenvolvimento e resultado da pesquisa com sua subjetividade.

Outro embate entre as ciências naturais e sociais encontra-se na adoção do método utilizado para a investigação científica. Considerando o método hipotético-dedutivo, Gil (1994) a credita que é o método mais utilizado nas ciências naturais por sua vinculação à lógica positivista, porém, já nas ciências sociais, sua utilização submete-se a sérias limitações.

No que se refere ao método fenomenológico, o autor afirma que, também é pouco empregado na pesquisa social, uma vez que seu histórico está ligado à experimentação, adequando-se assim, na pesquisa das ciências naturais, onde tem uma grande aceitação.

Já o método dialético, na concepção do autor, é muito abrangente, envolvendo uma série de aspectos e, ao contrário, do método hipotético – dedutivo não privilegia os procedimentos operacionais, ou seja, opõe-se a quantificação. No entanto, o método dialético é muito utilizado, principalmente, nas ciências sociais. A pesquisa social, embora utilize, geralmente, a quantificação, seu enfoque é qualitativo.

Na concepção de Minayo (2000) a pesquisa social apesar de não utilizar o método tradicional da ciência, ela progride e elabora seus critérios para a construção do conhecimento, critérios esses cada vez mais precisos.

Na verdade, a pesquisa nas ciências sociais, é feita junto aos grupos de pessoas ou comunidades e os resultados são obtidos em trabalho de campo, ou seja, junto as pessoas ou grupos de pessoas. Nas ciências naturais, mesmo com a realização de um trabalho de campo, os resultados, geralmente, são obtidos em um

laboratório. Assim, nesta última há um isolamento do objeto, para a construção do conhecimento.

Nas ciências sociais esse isolamento do objeto para a experimentação não é possível. Pois o objeto de estudo, como já foi descrito, é a sociedade ou grupos de indivíduos. Por isso, dificilmente a pesquisa social pode se dar da mesma forma que a pesquisa nas ciências naturais. No entanto, não se acredita que os resultados obtidos sejam menos científicos do que são numa pesquisa nas ciências naturais.

Na verdade, a distinção entre os métodos mais adequados para as ciências naturais ou sociais, não tem razão de ser, pois a ciência é una. Para Marx, em sua obra “Manuscritos econômico – filosóficos” o autor concebe o homem e a natureza numa unicidade. Segundo Marx (1997, p. 171-172) o objeto é configurado como uma unicidade entre o homem e a sociedade, como ele afirma “.... o homem só não se perde em seu objeto quando este se configurar como objeto humano ou objetivado. E isso somente será possível quando se lhe configurar como objeto social, quando ele mesmo se configurar como ser social”.

Nessa concepção, não há distinção entre ciências naturais e sociais, pois o homem e a natureza são unos. Assim, presume-se que também exista uma única ciência e um único método, o qual seja mais satisfatório para a compreensão da realidade.

1.1.3 A importância do método dialético

O método dialético foi utilizado para a investigação de um problema, pelos filósofos, desde a Grécia Antiga. Partia de uma discussão sobre um tema a ser conhecido onde a contradição movia o discurso, ou seja, a refutação consistia em se opor as afirmações do adversário. Nesse discurso, a negação era um instrumento útil para a reflexão, na busca pela verdade.

No entanto, mesmo entre os filósofos da época havia distinções quanto à dialética utilizada. Não cabe nesse trabalho o aprofundamento dessas diferenças. Ressalta-se sim, a distinção entre a dialética de Hegel e Marx, pelas peculiaridades e derivações que contém.

O método dialético marxista, mais precisamente o Materialismo Histórico, apóia-se, em parte, no método de Hegel, no que se refere a base fundamentada, em outras palavras, no princípio de unicidade. Pois, o método dialético tem como princípio que todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios que são ao mesmo tempo unidos e indissolúveis.

No entanto, pode-se dizer que se encontram fundamentais diferenças entre eles. O método de Hegel tinha uma visão idealista, entendendo como totalidade a natureza, a história e o espírito num processo dialético de movimento das idéias, onde a tese e antítese são elementos contrários que resultarão na síntese. Marx adotou a dialética hegliana, porém inseriu nesse movimento, não as idéias, mas sim a racionalidade material econômica. Assim, o homem não partia das idéias para a materialidade e sim a materialidade econômica que influenciava sua consciência.

Na visão hegeliana os opostos coexistem, como a vida contém a morte. Marx materializou essa visão aplicando-a as instituições econômicas tanto como as idéias filosóficas. Nessa concepção, o excesso das instituições econômicas daria lugar as contradições (tese e antítese) originando uma nova sociedade (síntese).

Pode-se dizer que, no método dialético de Hegel o mundo das idéias vai para o mundo da matéria. Já no método dialético de Marx o mundo da matéria é que vai para o mundo das idéias. A principal distinção entre o método de Hegel e Marx é esclarecida por Bazarian (1988, p. 68-69) quando afirma:

Em oposição ao idealismo subjetivo, o qual afirma que os objetos materiais são produtos do pensamento, da consciência individual ou universal, e que as coisas nada são que complexos de sensações, o materialismo dialético parte do princípio de que a consciência é o dado secundário, derivado, pois é reflexo da matéria; que o pensamento é produto da matéria chegada, em seu desenvolvimento, a um elevado grau de perfeição, que a consciência é uma propriedade de um corpo material extraordinariamente complexo: o cérebro humano.

O método dialético partindo do concreto procura abarcar a totalidade do fenômeno estudado em toda sua complexidade com as conexões de inúmeras variáveis. Tentando compreender, não um fragmento do fenômeno, mas sim sua plenitude. Conforme Demo (1996, p. 35):

A vantagem de posturas dialéticas está precisamente em colocar o questionamento não apenas no método, mas igualmente na própria realidade, até porque a ideologia não aparece só no sujeito, mas na realidade como tal por ser histórica e prática. Não somente o método é dialético, sobretudo a realidade é dialética na substância. Por isso, nela mesma se elabora o contrário, que leva à superação histórica.

No sentido de estudar o fenômeno em sua totalidade é importante ressaltar o método dialético de Lefebvre denominado de regressivo-progressivo, no qual, o estudo do objeto necessita da análise do presente buscando fatos na história que o configuram. Além disso, na busca do conhecimento o retorno do passado para o presente deve proporcionar um conhecimento renovado. Como ressalta Lefebvre (1999, p. 11) apoiado nas concepções de Marx:

Um duplo movimento impõe-se ao conhecimento, desde que existem tempo e historicidade: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo).

Para o entendimento do objeto pesquisado Martins (1996) expondo o método de Lefebvre aponta para uma dupla complexidade "horizontal e vertical" Segundo Martins(1996, p. 21) "a complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível". Nesse primeiro momento então, a observação e descrição da paisagem constitui-se na horizontalidade do método.

A complexidade horizontal, no entanto, não está restringida meramente a descrição do visível. Através da observação da paisagem o pesquisador deve, orientado teoricamente, reconstituir a complexidade das relações sociais no presente.

Contudo, a análise do objeto necessita também, da complexidade vertical que é a decomposição da realidade social do presente. A complexidade vertical consiste em procurar no passado as relações sociais que coexistem e definem a paisagem inicialmente descrita. A identificação das relações sociais passadas que são essencialmente importantes na configuração da paisagem presente, possibilita a compreensão da gênese da realidade atual. Conforme Martins (1996, p. 21):

O segundo momento é analítico - regressivo. Por meio dele mergulhamos na complexidade vertical da vida social, e da coexistência das relações sociais que tem datas desiguais. Nele a realidade é analisada, decomposta. É quando o pesquisador deve fazer um esforço para datá-la exatamente. Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas.

Dessa maneira, o estudo do fenômeno pela via histórica não deve ser realizada através de uma periodização linear para entender o presente, sob pena de compreender o objeto de análise como um resultado determinado pelo tempo histórico. No desvendamento da realidade social observada e descrita no momento se faz necessário a datação histórica da origem das relações sociais que a definem.

Após o entendimento dos fatos históricos importantes para a compreensão do fenômeno estudado, deve-se retornar ao presente, o que Martins se refere como terceiro momento do método "histórico - genético". Segundo Martins (1996, p. 22) "nele deve o pesquisador, procurar o reencontro do presente, mais elucidado, compreendido, explicado".

De acordo com Martins (1996, p. 22) "Nesse movimento regressivo-progressivo é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem à confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais". Para o autor a descoberta das relações sociais contraditórias passadas e que coexistem no presente possibilita a compreensão de que essas contradições não foram resolvidas, ao mesmo tempo, que aponta caminhos para uma prática transformadora da realidade.

Portanto, o método aqui utilizado é o regressivo -progressivo de Lefebvre, pois acredita -se que está mais adequado ao entendimento da realidade em toda sua complexidade não dissociando natureza e sociedade e que as especificidades do passado estão marcadas nas relações sociais presentes numa transformação contínua.

Assim, a compreensão das relações sociais atuais constituídas do fator historicidade buscando-se no passado os fatos pontuais que contribuíram para a realidade entende-se que é essencial para a análise do fenômeno estudado.

Acredita-se também, que o conhecimento produzido deve ser elaborado num movimento constante revelando sempre uma nova compreensão, ou um conhecimento renovado. Isto se justifica pelo dinamismo da realidade em evolução.

1.1.4 Metodologia do Trabalho

Para a realização de uma pesquisa científica, além do método, é necessário também, que o investigador siga vários passos ou etapas que organizem os procedimentos a ser utilizados visando a compreensão, análise e interpretação do questionamento levantado. Nesse momento, o pesquisador deve optar por uma das abordagens na pesquisa científica, a saber: quantitativa ou qualitativa.

Todavia é importante ressaltar que uma não é o contraponto da outra. De acordo com Minayo (2000, p. 22) " o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia".

Na pesquisa quantitativa a ênfase está na mensuração ou quantificação analisando causas e efeitos através dos números. A análise do objeto está baseada, fundamentalmente, em medições precisas, abarcando uma grande amostragem como representatividade numérica com o objetivo de alcançar a máxima confiabilidade possível com os dados estatísticos obtidos.

Já a pesquisa qualitativa, embora possa utilizar-se de estatísticas o enfoque está no processo social que definiu o objeto de análise. Para uma melhor compreensão da realidade o pesquisador necessita de um maior envolvimento com o fenômeno estudado. Conforme Minayo (2000, p. 43):

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões.

Dessa maneira, os números não se apresentam como verdades absolutas, para o pesquisador que procura uma análise qualitativa do problema estudado. É necessário

ir mais além, desvendando a realidade profundamente através de processos em conexões, objetivando a compreensão da totalidade.

Considerando as ciências sociais, a abordagem de pesquisa mais utilizada é a qualitativa, porque embora, muitas vezes, utilize a quantificação, seu enfoque é essencialmente qualitativo.

Nesse contexto, apesar de apresentar algumas mensurações, o trabalho foi realizado através de uma abordagem qualitativa, uma vez que analisa as estratégias utilizadas pela população de baixa renda na produção do espaço urbano. Assim, a seguir estão expostos os caminhos percorridos para o entendimento do fenômeno estudado.

A primeira etapa para a realização dessa pesquisa foi de caráter teórico, ou seja, envolvendo leituras bibliográficas para o embasamento sobre o tema em estudo. Após a seleção dos assuntos relevantes ao tema proposto, seguiu-se um processo de revisão bibliográfica e fichamentos.

Concomitantemente, foi efetuada uma investigação documental, considerando dados disponíveis nos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nacionais como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério das Cidades e o Estatuto da Cidade e municipais, sendo eles os Planos Diretores de Pelotas (I, II e III PDP) e o Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (NAUrb) e do Instituto Técnico de Pesquisa e Assessorios (ITEPA).

Posteriormente, o trabalho apoiou-se numa pesquisa de campo para a coleta de dados primários e secundários tendo como meta compreender as estratégias utilizadas pela população de baixa renda na produção do espaço urbano. O trabalho de coleta de dados se realizou entre os meses de janeiro à julho de 2009.

Foi escolhida para o estudo de caso uma das AEIS localizada na área urbana de Pelotas denominada de Ceval. A escolha foi motivada pelo objeto analisado apresentar características relevantes à esse estudo, ou seja, as estratégias utilizadas pelos moradores do Loteamento Ceval para a invasão da área, resistência diante das ameaças de remoção pelo poder público local e a aquisição definitiva da posse do terreno e a construção das moradias.

Também, acredita-se que o estudo de caso realizado no Loteamento Ceval possibilitou um conhecimento mais aprofundado, uma vez que, o contato com a realidade desses moradores assim como, a concepção dos mesmos, foi enriquecedora para a compreensão da problemática em questão.

Após a identificação do Loteamento Ceval a coleta de dados consistiu de observações empíricas e levantamentos fotográficos, além de entrevistas abertas e aplicação de questionários semi-estruturados aos moradores. Os principais indicadores socioeconômicos investigados foram a renda per capita, o nível de escolaridade, o emprego e as condições de moradia como a infraestrutura e os serviços coletivos proporcionados pelo poder público no Loteamento Ceval.

A escolha das famílias a serem entrevistadas se realizou por procedimento aleatório, no entanto procurou-se contemplar a mesma quantidade de casas em cada rua do loteamento. A amostra representou 35% (40 famílias) do universo, uma vez que, ao todo moravam no loteamento 115 famílias na época da pesquisa.

Para designar o termo família foi utilizado o conceito do IBGE (2007) que a considera como "o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residem na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar".

Considerou-se nesse trabalho, como população de baixa renda, as famílias que ganham até três salários mínimos. A concepção está baseada na elaboração do estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (2007) quando declara que, apesar da identificação dos números do déficit e da inadequação dos domicílios contemplarem diversas faixas de renda familiar, o enfoque se dá nas famílias que recebem até três (3) salários mínimos.

De acordo com essa instituição, a prioridade da pesquisa para essa faixa salarial, acontece por ser justamente (os três salários mínimos) a renda máxima para a aceitação das famílias em programas habitacionais assistencialistas. A coleta de dados quanto ao grau de instrução escolar e o índice de desemprego contemplou todos os chefes de famílias (homens ou mulheres) da amostra.

Fez-se também, entrevistas abertas junto aos órgãos públicos competentes, a saber: na Secretaria Municipal de Urbanismo (SEUrb) e na Secretaria Municipal de

Habitação (SMH), no que diz respeito às Áreas Especiais de Interesse Social no espaço urbano de Pelotas. As entrevistas nessa instituição objetivaram compreender as ações efetivas para cumprimento de políticas públicas visando a solução ou amenização da problemática vivida pelos moradores das AEIS, na cidade de Pelotas, especialmente, na área da Ceval.

Após a coleta, alguns dados foram quantificados e tabulados, sendo apresentados em tabelas para o processo de interpretação e análise da pesquisa de campo. Outros dados apresentam-se inseridos no texto e com informações verbais sobre as variáveis pesquisadas, na tentativa de uma melhor compreensão do objeto proposto para o estudo.

Na análise procurou-se um diálogo com a bibliografia estudada, sendo as principais obras trabalhadas: Carlos (1994), Lefebvre (1999), Vieira (2005), Maricato (2001), Carter (1983), Rodrigues (2001), Poulantzas (1985) e Offe (1985) Com o resultado desse trabalho espera-se contribuir para um melhor entendimento da produção de desigualdades sócio-espaciais no espaço urbano de Pelotas refletida nas moradias da população residente em Áreas Especiais de Interesse Social.

O estudo está composto por seis capítulos. No primeiro capítulo foi realizada uma contextualização do tema, pressupostos teóricos para a construção do conhecimento e a metodologia utilizada no trabalho.

O capítulo seguinte contempla o histórico e a situação atual do município de Pelotas. Na seqüência é analisado a produção do espaço urbano no sistema capitalista e o papel do Estado na configuração do espaço e na apropriação desigual do solo urbano.

No quarto capítulo, procurou-se entender a relação existente entre o crescimento urbano e a proliferação das AEIS em Pelotas. Em seguida são apresentados os resultados da pesquisa realizados respectivamente, junto aos órgãos públicos e aos moradores do Loteamento Ceval e análise das estratégias utilizadas pelos moradores na apropriação da área, na luta pela permanência, na obtenção dos lotes e na construção das moradias, além das melhorias na infraestrutura.

No último capítulo, retomando a discussão feita ao longo do trabalho, são expostas as considerações finais do estudo pressupondo algumas medidas para a amenização do problema.

2 O município de Pelotas

2.1 Localização do município

O município de Pelotas faz parte da região fisiográfica denominada “Encosta do Sudeste”, uma subdivisão do estado do Rio Grande do Sul.



Figura 1 - Mapa do Rio Grande do Sul destacando a localização do município de Pelotas.

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul - 2008

Na fig. 1 observa-se que o município de Pelotas limita-se ao norte com São Lourenço do Sul e Canguçu, ao leste com a Lagoa dos Patos, ao sul com os municípios de Rio Grande e Capão do Leão e a oeste com os municípios de Morro Redondo e Canguçu. Sua distância da capital, Porto Alegre é de 250 quilômetros.

Localizada no extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, Pelotas, abrangia, até 1996, uma área territorial de 1619 Km². Nesse ano, a Colônia de Arroio do Padre, uma área considerada o 6º Distrito de Pelotas foi emancipada elevando-se a categoria de município. Dessa maneira, Pelotas sofreu uma redução territorial de 10 Km² ficando com uma área de 1609 Km².

Quanto a população, de acordo com o IBGE (2007), o município possui 350.358 habitantes sendo a terceira cidade mais populosa do Estado, ficando atrás somente da capital, Porto Alegre, com uma população de 1.436.123 e Caxias que possui 410.166 habitantes.

2. 2 Histórico socioeconômico e situação atual.

A grande desigualdade sócio - espacial pode ser identificada empiricamente na cidade com a proliferação de espaços apresentando moradias precárias e com pouca infraestrutura. Todavia de acordo com Vieira (2005) para a compreensão do espaço urbano pelotense, como se apresenta hoje, é essencial uma volta ao passado, buscando os fatores pontuais que possibilitem o entendimento do presente. Conforme Vieira (2005, p. 90 - 91):

Talvez em nenhum lugar seja possível uma compreensão total do espaço, sem o conhecimento da história das relações sociais, no entanto, em Pelotas, parece que tal fator tem uma relevância destacada, principalmente pelos elementos formais que permanecem no espaço, exercendo grandemente uma inércia em relação às mudanças .

O autor faz referência ao imaginário do povo pelotense , ainda muito arraigado ao apogeu econômico do município proporcionado pela atividade saladeiril conhecido como Belle Époque.

Atualmente, o comércio e os serviços se constitui nos setores econômicos predominantes na cidade de Pelotas. No entanto, a indústria de charque no período entre 1780 a 1890, foi a principal atividade econômica no município. O charque abastecia o mercado interno nacional, conferindo um status econômico para Pelotas em épocas passadas.

Pelotas, até 1812 era um povoado rarefeito, passando neste ano a categoria de freguesia denominada São Francisco de Paula. A elevação de Pelotas a categoria de freguesia atendeu uma reivindicação da população residente neste local. Segundo Vieira, Pereira e Toni (1994, p. 26) “Este foi, do ponto de vista institucional, o fato mais importante até então ocorrido, reconhecendo a importância crescente do local”.

Mais tarde, a cidade foi elevada à categoria de Vila (1830) e, posteriormente, em 1835, elevada à categoria de cidade. A importância econômica de Pelotas continuava crescente, não somente pela atividade industrial saladeril, mas também pela instalação de outras indústrias e o desenvolvimento do comércio no município. Cabe ressaltar, que a atração de indústrias, assim como o desenvolvimento comercial no espaço pelotense, deve-se principalmente, ao acúmulo de capitais gerado pela atividade do charque.

As charqueadas eram praticadas em grandes propriedades rurais, com a utilização da mão-de-obra escrava, dessa forma não concentrava a população ao redor dessas propriedades. Conforme Vieira, Pereira e Toni (1994, p. 27) “Como a atividade industrial, a charqueada não concentrava a sua volta imediata muita população, em vista do desagradável mal-estar proporcionado pela intensa matança de animais e pelo mau cheiro peculiar”.

Assim, como nos esclarecem os autores, a população concentrou-se mais afastada do local das charqueadas em uma topografia elevada da planície, formando um núcleo urbano, onde as edificações arquitetônicas refletiam a riqueza originada pela atividade industrial saladeiril

O charque era o principal alimento dos escravos no país, por isso, as charqueadas desenvolviam-se e geravam riqueza para o município de Pelotas, favorecendo a instalação de outras indústrias e a expansão do comércio. Mas, a abolição da escravatura (1888) imposta pela Inglaterra e acatada pelo Brasil, que na

época era economicamente dependente dessa nação, vai repercutir em Pelotas, transformando radicalmente sua economia.

A base econômica de Pelotas na atividade industrial das charqueadas decreta a falência da economia no município com as mudanças externas provocadas pelo capitalismo industrial na Europa. Nas palavras de Vieira (2005, p. 123) “Tendo vivido o apogeu do charque e consolidado toda uma estrutura correspondente àquela economia, a cidade agora conhece o declínio daquele período”.

No entanto, esclarece Vieira (2005) que as lógicas impostas pelo mercado capitalista coexistem com o imaginário nostálgico do apogeu da economia pelotense. Porém, o crescimento urbano e a pobreza não têm relação com a nostalgia dos tempos áureos. Conforme o autor (2005, p. 93):

O crescimento das favelas, das periferias, dos loteamentos clandestinos, irregulares, destinados à população de baixa renda, não seguem a ótica da nostalgia, obedecem à lógica do sistema: o mercado se impõe. Assim, Pelotas não foge às regras de crescimento urbano, impostas pelo capitalismo e que se reproduzem em toda parte. A valorização de lotes, forçando as camadas mais pobres da população a se afastarem do centro, como local de moradia, indo localizar-se nas periferias, sem infra-estrutura, reproduz um modelo de crescimento em que impera a lógica do mercado de terras urbanas próprias do capitalismo.

Com a abolição da escravatura no país, ocorre na cidade de Pelotas uma diversificação industrial. Grande parte das indústrias localiza-se próximas as linhas férreas ou ao porto da cidade, outras na periferia da zona urbana, segundo Vieira (2005, p. 121) “ainda que mais tarde, tenham, em muitos casos, sido incorporadas pela malha urbana que se expandiu”. A grande diversidade industrial contribuiu para o crescimento comercial e para o surgimento do setor de prestação de serviços.

Com a atividade industrial diversificada e o desenvolvimento do setor terciário houve um aumento populacional significativo, principalmente, no que se refere a população urbana do município. Pelotas possuía em 1890 uma população de 41.591 habitantes, já em 1940 a população do município atingia o número de 104.533 habitantes.

Nos anos seguintes a população do município continuou crescendo, segundo Vieira “A população do município cresce muito no período de 1950 a 1980,

principalmente baseado no crescimento vegetativo muito elevado e nas migrações bastante intensas de cidades vizinhas”. Conforme Vieira a partir de 1980 os projetos visando a otimização de circulação e trafegabilidade são evidenciados na paisagem, mas também, o crescimento das periferias com áreas apresentando deficiências de infraestrutura urbana. De acordo com o autor:

Vivência-se uma fase em que as condições sociais e econômicas da população e a falência do Estado neoliberal não conseguem dar atendimento as necessidades de grande parte da sociedade urbana. O crescimento demográfico, o êxodo rural, o desemprego, os baixos salários, entre outros, têm sido apontados como causas do grande índice de favelização, verificado nas cidades. Pelotas, inserida neste contexto, não foge à regra (VIEIRA, 2005, p. 131).

Além do elevado crescimento populacional, a concentração de pessoas nas áreas urbanas é contínua, atualmente, segundo o IBGE (2007) o espaço urbano de Pelotas abriga 95% da população. Os indicadores sociais, no que diz respeito ao saneamento e renda no município apresentam-se ineficientes, demonstrando a qualidade de vida da população de baixa renda em Pelotas, conforme a tabela a seguir:

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano no município de Pelotas - 2003

Pelotas	Índice de Desenvolvimento Humano
Educação	0,838690397
Renda	0,675828917
Saneamento	0,678505933

Fonte: ITEPA, 2007

Fonte: FEE, IDESE/2000 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Nota: *Idese - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - é um índice sintético que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios do Estado. O Idese é resultado da agregação, com a mesma ponderação (0,25), de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. Cada um dos blocos, por sua vez, resulta da agregação de diferentes variáveis.

... dado não disponível.

Observando a tab. 1 verifica-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no que se refere ao indicador educacional expressa nível elevado, enquanto a renda e o saneamento básico são indicadores que demonstram a necessidade de melhorias visando a qualidade de vida da população de baixa renda. A renda está intrinsecamente relacionada com o saneamento e com a escolha da localização residencial na cidade, por isso é um indicador importante na análise da produção do espaço urbano, uma vez que, de acordo com Vieira (2005, p. 161) "Basicamente, a renda indica a possibilidade de acesso aos bens, equipamentos e serviços existentes na cidade, sendo, portanto, definidora também dos usos possíveis do solo urbano".

Ações imediatas e efetivas para a melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda se torna mais urgente, quando se analisa os números de benefícios governamentais que dão assistências as famílias pobres do município, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 - Números de programas sociais em Pelotas – 2004

Programa	Nº de Benefícios	Valores (R\$)	Val/Bem (R\$)
Bolsa - família	9.492	587.500,00	61,89
Auxílio gás	8.358	125.370,00	15,00
Bolsa - escola	6.132	141.570,00	23,09
Bolsa Alimentação	193	3.500,00	18,13
Totais	24.175	857.940,00	35,49

Fonte: ITEPA, 2007.

Fonte: Diário Popular, 18/01/2004, Joice Lima.

Notas: 1 - Estes programas estão migrando gradativamente, para Bolsa-família e deixarão de existir.

2 - Média arredondada pelo ITEPA

3 - Existem 16100 famílias beneficiadas, das quais 8075 estão em mais de um programa

Na tab. 2 o número de famílias (16.100) dependentes dos programas sociais para as necessidades básicas de sobrevivência revelada pelo ITEPA demonstra a

urgência de um planejamento visando a qualidade de vida da população de baixa renda na área urbana de Pelotas.

O I Plano Diretor de Pelotas (1967) já identificava a situação caótica das moradias em vista do crescimento desordenado da cidade e a insuficiência na infraestrutura para atender a demanda. Em 1978, foi implantado o II Plano Diretor de Pelotas, em face de emergência de um novo planejamento urbano pelo agravamento dos problemas apresentados.

Não obstante, em 2008, com a implantação do III Plano Diretor de Pelotas, o crescimento desordenado da cidade continua e a infraestrutura nas áreas ocupadas pela população de baixa renda ainda é ineficiente. Essa realidade revela o que Vieira (2005, p. 141) ressaltou "Pelotas cresce. A pobreza cresce"

Portanto, o declínio da atividade industrial do charque a partir de 1890, devido, aparentemente, a um fator de nível nacional, mas na verdade, causado por determinantes internacionais, somado ao acelerado crescimento populacional e a falta de um planejamento urbano eficaz, modificaram profundamente a organização do espaço pelotense

Os casarões e prédios suntuosos de arquitetura colonial, remanescentes do período das charqueadas, convivem agora, com a arquitetura moderna e rica dos bairros de classe de alta renda , mas também, com a pobreza dos espaços ocupados pela população de baixa renda que apresentam irregularidades urbanísticas e/ ou fundiárias considerados nesse trabalho como AEIS.

3 A produção do espaço urbano no capitalismo

O espaço geográfico é o objeto de análise da Geografia centrado na relação homem-natureza. Entende-se assim, que dessa interação é produzido o espaço geográfico. Porém, ressalta-se que a produção e reprodução do espaço pela sociedade, é ao mesmo tempo, sua própria reprodução.

Isso significa que a sociedade, assim como o espaço é uma unicidade num processo histórico, onde a sociedade produz o espaço como condição de sua própria reprodução e, para isso é necessário a reprodução do mesmo.

Nesse movimento constante o espaço não é apenas o resultado da produção humana em interação com a natureza, antes o espaço é o constituinte da sociedade, uma vez que, ele é a condição e o meio da reprodução humana. Martins (1996, p. 19) expõe a concepção de Lefebvre sobre a unicidade sociedade - natureza:

O homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece. Reproduz, mas também produz, isto é, modifica, revoluciona a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza. Ele se modifica, edifica sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais de sua existência, as condições propriamente econômicas.

No entanto, a produção e reprodução do espaço obedecem à normas ou leis que submetem a sociedade que o produziu. A apropriação do espaço não é igualitária, coletiva. Ela é, na verdade, racionalmente seletiva através de vários agentes que detém o poder e o capital, sejam eles públicos ou privados.

No que se refere ao espaço urbano, pode se considerar que é nesse recorte espacial, onde as contradições na apropriação do espaço se fazem mais nítidas. A grande concentração populacional nas cidades e as regras impostas, geralmente implícitas, organizam o espaço heterogeneamente, numa dissimulação homogênea.

É importante ressaltar que a cidade e a heterogeneidade que lhe é intrínseca são anteriores ao surgimento do capitalismo. De acordo com Vieira (2005, p. 25):

Portanto, é da própria essência da cidade a diferenciação, a separação, a fragmentação. E isto ocorre em todos os modelos históricos que podemos reconhecer, seja na cidade da Antiguidade, da Idade Média, na cidade pré ou pós industrialização, ou em qualquer outra. É marca indelével da cidade a heterogeneidade.

Contudo, é no sistema capitalista que a materialização da desigualdade social torna-se mais visível, no espaço urbano, principalmente, com o processo de industrialização. Conforme Lefebvre (1991, p. 3) "para apresentar e expor a "problemática urbana", impõe -se um ponto de partida: O processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade".

O modo de produção capitalista, com o advento da industrialização, desencadeou um acelerado processo de urbanização, começando na Europa, estendendo-se em seguida para os Estados Unidos e, nas últimas décadas para os países subdesenvolvidos. Esse modo de produção baseado no trabalho assalariado e na propriedade privada acirra, ainda mais, a desigualdade sócio-espacial nas cidades. Conforme Maricato (2001, p. 17):

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno "à moda" da periferia. Realizavam-se obras saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial, nesse período .

Nesse aspecto, o capitalismo é o principal fator na seleção e segregação do espaço urbano, baseado nos princípios da propriedade privada, do lucro e do trabalho

assalariado. Princípios esses que geram, fatalmente, as contradições que implicará em conflitos e lutas entre interesses divergentes. Segundo Lefebvre (1999, p.46) “Esse espaço urbano é contradição concreta. O estudo de sua lógica e de suas propriedades formais conduz à análise dialética de suas contradições”.

O espaço consumido pelos grupos sociais mais abastados é limpo, organizado, planejado, tanto em infraestrutura quanto em espaço de lazer. No espaço do pobre a infra-estrutura é precária e o espaço de lazer simplesmente inexistente. Esta é uma condição imposta pelo capitalismo através da propriedade privada, onde os que podem pagar desfrutam dos prazeres da boa residência e infra-estrutura no lugar onde moram. Algumas diferenças entre as moradias urbanas, ou seja, as moradias das classes altas e das classes baixas são ressaltadas por Carlos (1994, p. 53):

Nessas áreas, a infra-estrutura é muito precária ou inexistente. Sua cor é diferente das áreas “ricas”, estas são verdes, não há crianças descalças jogando bola nas ruas, as casas não são pequenas, mas exíguas até, nem estão amontoadas umas sobre as outras.

A distinção entre a habitação da classe alta e da classe baixa está, fundamentalmente, condicionada ao valor atribuído a terra. Mas aqui instala-se um paradoxo, sabe-se que a terra não é produzida pelo trabalho, assim ela não pode ser considerada uma mercadoria. Como afirma Rodrigues “A terra é um bem natural, não pode ser reproduzida, não pode ser criada pelo trabalho”. No entanto, assim como uma mercadoria ela tem preço e é vendida e comprada. Além disso, tanto no espaço agrário quanto no urbano ela está em constante valorização, mesmo que não esteja produzida. Em outras palavras, mesmo que não tenha sobre ela produtos agrícolas ou construções. Conforme Rodrigues (2001, p.17):

A terra é um equivalente de mercadoria ou equivalente de capital. A valorização do capital dinheiro aplicado em terra está relacionada à “valorização” média do capital em geral. A terra é um equivalente de capital, porque se “valoriza” sem trabalho, sem uso. Para produzir renda o ter e o usar não estão juntos. Pauta-se nas regras de valorização do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada. Mas, é falsa mercadoria e um falso capital. É um valor que se valoriza pela monopolização do acesso a um bem necessário à sobrevivência e tornado escasso e caro pela propriedade.

Entende-se assim, que no modo de produção capitalista a terra baseada na propriedade privada, mesmo não sendo um produto do trabalho, se torna uma

mercadoria com preço e com valor. Conforme Vieira (2005, p. 29) “O pagamento de um preço, condicionado pela renda do agente, é requisito fundamental para o acesso ao solo e seus acessórios. Por isso, sua consideração é importante para a compreensão das diferenças existentes no espaço urbano”.

A terra sendo assim, no capitalismo, uma mercadoria valorizada pelo mercado, é monopolizada por grupos ou indivíduos que visam as melhores áreas da cidade para residir ou para a especulação imobiliária.

A apropriação do espaço pelo capital gera um processo desigual, no espaço urbano. O valor da terra urbana transforma-a numa mercadoria, esse determinante provoca a segregação espacial e, por conseguinte, a segregação social.

A força de trabalho como mercadoria é outro fator que provocará a segregação espacial. Pois, os baixos salários pagos ao trabalhador impedem seu acesso as áreas urbanas com infraestrutura adequada e moradias confortáveis. De acordo com Carlos (1994, p. 40):

O desenvolvimento da desigualdade é decorrência do aprofundamento da divisão do trabalho na sociedade e entre as “parcelas” do espaço, em função do processo produtivo, aprofundamento e subordinação espacial, na medida em que o capitalismo continua a se desenvolver com tendências à concentração e à monopolização, em suas variadas formas.

Assim, para os que não tem dinheiro restam - lhes as áreas, geralmente, afastadas do centro da cidade. Isso não significa que a classe alta, também não more, muitas vezes, afastada do centro urbano. No entanto, existem grandes diferenças entre o habitar do rico e do pobre, como já foi citado anteriormente.

Essa diferenciação é ocultada pela concentração populacional e pela circulação constante de mercadorias e pessoas em suas múltiplas atividades cotidianas, transparecendo uma homogeneidade que, na verdade, não existe.

Ainda deve-se ressaltar que as áreas urbanas apropriadas pelos pobres como, por exemplo, os terrenos de posse ou ocupações clandestinas, somente podem permanecer assim, quando não requeridas pelo capital. Pois, quando grupos dominantes, e por esse termo entende-se os capitalistas, geralmente, assistidos pelo o poder do Estado, possuem algum projeto para a área ocupada pelos menos privilegiados economicamente, promovem a retirada da população que aí residem.

Na maioria das vezes, os locais destinados para acomodar a população removida são áreas localizadas distantes do centro da cidade, o que dificulta a locomoção para o trabalho (quando não estão desempregados) e o acesso aos serviços públicos. Geralmente, nesse processo existe a resistência dos moradores que não raro, é sufocada pelo poder do Estado servindo ao capital. Conforme Carlos (1994, p. 52):

São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenciações de uso do solo e a competição que será criada pelos usos, e no interior do mesmo uso. Como os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórias, a ocupação do espaço não se fará sem contradições e, portanto, sem luta.

Essa dominação sobre a população de baixa renda pode se dar pelo mecanismo da legislação urbanística como aparato legal, ou até mesmo através de repressão policial. Dessa maneira, o capital impõe suas regras sobre os que estão a margem desse modo de produção, ou seja, não tem poder aquisitivo para a compra de uma propriedade que de acordo com a lei é considerada “legal”.

Ao mesmo tempo, o trabalhador não se vendo como sujeito produtor do espaço, esse se apresenta como abstrato. Essa concepção somada à ilegalidade ditada pelas normas urbanísticas facilita, ainda mais, a ação e apropriação do espaço pelos grupos que detém o capital e o poder.

3.1 O Estado e o planejamento urbano

Considerando os diferentes segmentos sociais são vários os agentes que produzem e reproduzem o espaço. Contudo, o Estado exerce papel fundamental na configuração do espaço urbano, uma vez que, detém o poder de decisão nas mais diversas esferas públicas. Conforme Rodrigues (2001, p. 20) "Dentre os vários agentes que produzem o espaço urbano, destaca-se o Estado que tem presença marcante na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivos necessários à vida nas cidades".

Assim, ao longo do tempo, o Estado muito aprofundou as desigualdades sociais atendendo, prioritariamente, as classes dominantes no espaço urbano. Maricato (2001,

p. 17) ressalta a intervenção do Estado em benefício da atividade industrial, a partir de 1939, no Brasil:

O Estado passa então a investir decididamente em infra-estrutura para o desenvolvimento industrial visando a substituição de importações. A burguesia industrial assume a hegemonia política na sociedade sem que se verificasse uma ruptura com os interesses hegemônicos estabelecidos .

Priorizando a produção, circulação e distribuição da mercadoria e a infraestrutura para a população de renda alta, o Estado relegava ao segundo plano, senão mais, os investimentos públicos nas áreas de habitação e saneamento básico para a população de baixa renda. O resultado da inércia estatal toma proporções gigantescas na década de 1980 denominada de década perdida.

Para Maricato (2001), na verdade foram duas décadas (1980 e 1990) consideradas como décadas perdidas. Nesse período o enorme declínio econômico, no Brasil, fez com que, o PIB per capita fosse negativo, fato esse que, segundo a autora, ampliou o universo da desigualdade social. O aumento da pobreza e as péssimas condições de vida de grande parte da população brasileira a autora chama de "tragédia urbana".

Segundo Maricato (2001) a "tragédia urbana" nesse período foi intensificada , mas suas origens vem de um passado mais distante. A desigualdade social e a concentração da pobreza tem raízes, principalmente na "privatização da terra (1850) e da emergência do trabalho livre (1888)".

No entanto, com a implementação da nova Constituição Federativa do Brasil (1988) é contemplada a reforma urbana com a democratização dos direitos sociais, neles a moradia popular tem lugar de destaque beneficiando a população de baixa renda.

Os movimentos de luta pela moradia ganham mais respaldo em 2001, na elaboração do Estatuto da Cidade. Nesse documento a lei federal 10.257 assegura a função social da terra urbana e promove a participação da população nas decisões das prioridades urbanas. Conforme o Art. 39 dessa lei:

A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (LEI Nº 10.257, 10 de julho de 2001).

Assim o Estatuto da Cidade, na ordenação do Plano Diretor (PD) para as cidades se torna um importante instrumento para limitar o poder do Estado como principal redefinidor do espaço urbano.

A democratização dos poderes públicos federais, estaduais e municipais é prevista no Art. 23, inciso IX da Constituição Federal de 1988, onde institui que "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e saneamento básico" é competência das várias esferas públicas, como União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios.

A descentralização da política habitacional no Brasil se tornou uma importante via no estabelecimento de uma comunicação direta da população de baixa renda com o poder público local, na reivindicação dos seus direitos à moradia. Além disso, promoveu uma maior autonomia para o planejamento urbano nas cidades brasileiras.

No entanto, ainda se verifica, muitos obstáculos na implantação de políticas públicas municipais no setor da habitação. Apesar dos projetos de moradia popular realizadas pelo poder público municipal apresentarem-se como soluções para a falta de moradia da população de baixa renda, as exigências que trazem consigo são, muitas vezes, difíceis de serem atendidas por uma parcela significativa da população. Entre elas, o financiamento condicionada a comprovação de renda.

Somente essa exigência já exclui a grande maioria da população de baixa renda, uma vez que, muitos empregados estão no trabalho informal, ou seja, sem registro na carteira. Outra exigência é a legalidade dos imóveis quanto a documentação. Segundo Maricato (2001, p. 42):

O financiamento se aplica somente aos imóveis legais. A dificuldade no financiamento de imóveis populares, em todo o Brasil (caso da Carta de Créditos da Caixa Econômica Federal, em meados dos anos 90), se deve à ilegalidade generalizada desses imóveis cuja documentação não corresponde às exigências do banco. Há portanto uma correlação entre financiamento e imóvel legal que termina por excluir grandes partes da população do acesso a empréstimos destinados à aquisição ou construção de moradia.

Com os mecanismos que dificultam o acesso à moradia pela população de baixa renda, o Estado não consegue amenizar os eminentes conflitos sociais, como a invasão de áreas alheias, para a construção de casas pela população excluída do

direito à moradia. Como solução, muitas vezes, o Estado promove loteamentos desprovidos de infraestrutura adequada e distantes da área central urbana o que dificulta a locomoção dos trabalhadores, além de diminuir os seus salários com os gastos nos transportes ao longo do mês.

O valor do aluguel é também um dos fatores que ocasiona uma luta para aquisição da casa própria pela população de baixa renda. Conforme a Fundação João Pinheiro (2000, p. 44):

Outro componente que pressiona o incremento do estoque de moradia representado pelas famílias urbanas com renda familiar até três salários mínimos, que despendem 30 % ou mais de sua renda com o pagamento do aluguel .

Essa instituição ainda ressalta que 19,9% (em 2000) do total de domicílios urbanos estavam alugados. O dado fornecido demonstra que grande número de famílias na área urbana compromete parte da renda no pagamento de aluguéis, revelando também, a prática da especulação imobiliária com um grande número de imóveis destinados ao aluguel.

Assim, é importante ressaltar que a atuação do agente estatal não é exclusiva na produção do espaço urbano, as grandes corporações imobiliárias e as grandes empresas são agentes importantes na configuração espacial urbana. Porém, esses agentes, geralmente, respaldados pelo Estado.

Nesse contexto, o Estado assume papel fundamental na regulamentação do espaço urbano, exercendo o controle da ocupação através de legislação urbanística por meio do Plano Diretor. Todavia, Maricato (2000, p. 42)) afirma que "Entre a lei e sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade. A autora ressalta ainda, que essa contradição é mais complexa em se tratando da cidade.

Isso não significa que o Estado atenda somente os interesses dos grupos privilegiados economicamente ou que possuem algum poder. Dependendo do momento, o Estado ora atende os interesses dos agentes privilegiados e ora da população de baixa renda.

As obrigações dessa instituição com o grande capital, orienta sua intervenção na estruturação da cidade. Porém, ao mesmo tempo, que prioriza as grandes corporações econômicas, o Estado necessita ceder a algumas reivindicações por parte da

população de baixa renda. Dessa maneira, o Estado assume uma relação de apadrinhamento em que, as concessões estatais no provimento de moradias às camadas populares conotam como "favores" e não como direitos civis garantidos por lei.

Portanto, o Estado jamais conseguiu atender com prioridade a habitação de interesse social, a melhoria das moradias e a infraestrutura adequada para a população de baixa renda. As concessões estatais feitas à população carente ficam insignificantes comparadas ao apoio concedido ao mercado imobiliário, as grandes empresas e grupos sociais com influências econômicas e/ou políticas. Essa seletividade do investimento público é facilmente verificada, uma vez, que fica materializada no espaço urbano.

4 Crescimento urbano e as Áreas Especiais de Interesse Social em Pelotas

4.1 Aumento populacional nas cidades

O crescimento populacional no mundo, salvo em períodos de catástrofes naturais, de guerras mundiais ou de grandes epidemias (como por exemplo, a peste negra, na Europa) sempre foi uma constante. Entretanto, antes do período denominado de Revolução Industrial, por volta do século XVIII, quando a maneira de produzir transforma-se radicalmente, a população era predominantemente rural.

Com a Revolução Industrial ocorrida, primeiramente na Inglaterra e, posteriormente, espalhando-se por toda a Europa Ocidental, atingindo mais tarde, os Estados Unidos, houve um aumento da população vivendo nas cidades, provocado por um grande êxodo rural. Segundo o relatório da “Situação da população mundial 2007” da UNPF (Fundo de População das Nações Unidas, United Nations Population Found, em inglês) houve duas grandes ondas de urbanização no mundo até os dias atuais.

A primeira onda de crescimento urbano ocorreu entre 1750 a 1950 na América do Norte e na Europa. Conforme o relatório: “um aumento de 10% de urbanização para 52%, passando de 15 milhões para 423 milhões de habitantes urbanos”.

A segunda onda de crescimento urbano ainda estaria ocorrendo, pois de acordo com o Relatório das Nações Unidas 2007, começou em 1950 com o número de 309 milhões de habitantes urbanos e estima que será concluída em 2030, com um total de 3,9 bilhões de pessoas vivendo nas cidades. Porém, a segunda onda de urbanização

ocorre agora em outras posições geográficas, nos países menos desenvolvidos do mundo. Conforme o Relatório (2007, p. 1):

Em 2008, o mundo alcançará um marco invisível, porém significativo: pela primeira vez na história, mais da metade da população humana, 3,3 bilhões de pessoas, estará vivendo em áreas urbanas. Até 2030, esse número deverá chegar a quase 5 bilhões. Muitos dos novos habitantes urbanos serão pobres. O futuro dessas pessoas, o futuro das cidades nos países em desenvolvimento, o futuro da própria humanidade dependerá das decisões tomadas agora em preparação para esse crescimento.

Entretanto, existem distinções entre a transição demográfica da Europa e América do Norte se comparadas com o crescimento urbano nos países menos desenvolvidos. Segundo a UNPF 2007, o crescimento urbano nos países desenvolvidos que se industrializavam foi lento, comparado a transição demográfica verificada atualmente, nos países subdesenvolvidos.

As causas dessa diferença são diversas, pois as elevadas taxas de natalidade eram acompanhadas de elevadas taxas de mortalidade na primeira onda de crescimento urbano, além de envolver menor número de pessoas comparadas com a população urbana atual dos países subdesenvolvidos. Também, a saída de pessoas do continente europeu para morar nas novas terras da América ajudou a diminuir o crescimento urbano europeu.

Na segunda onda, ao contrário, verificam-se grandes restrições à migração internacional e uma significativa queda na taxa de mortalidade, devido aos avanços da medicina, o que provoca um grande crescimento vegetativo. Esses fatores são os principais responsáveis pela grande aceleração do crescimento populacional nas cidades dos países menos desenvolvidos, agravando os problemas sociais e ambientais urbanos, segundo a UNPF 2007. Concepção corroborada por Santos (1981. p. 6):

A principal causa da aceleração do crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos foi a diminuição das taxas de mortalidade. Enquanto os países ocidentais atingiram um nível industrial relativamente avançado no momento em que a diminuição das taxas de mortalidade se aceleravam, os países subdesenvolvidos, num curto espaço de tempo, aproveitaram-se de todas as descobertas de ordem sanitária provenientes dos países industrializados.

O crescimento populacional relacionado com o aumento da pobreza urbana, dirigido especialmente para a situação da América Latina, também é destacado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

“O número de residentes pobres em áreas urbanas tem aumentado rapidamente nas últimas três décadas (de 44 milhões em 1970 a 125 milhões em 2000) enquanto que a população rural em estado de pobreza tem permanecido estável em aproximadamente 78 milhões de pessoas (disponível em: <http://www.bid.org>, acessado em 20/01/2008) .

Nesse contexto, está inserido o Brasil considerado um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento e, por conseguinte a cidade de Pelotas, registrando um crescimento urbano significativo e problemas graves de desigualdades sócio-espaciais. Segundo Santos (1981, p. 3):

Se, em meados do século XIX, a população urbana representava apenas 1,7% da população mundial, em 1950 tal percentagem era de 21% e em 1960 de 25%. Assim a urbanização é um fenômeno não apenas recente como também crescente, e isto em escala planetária. O fato de que, entre 1800 e 1950, a população mundial se multiplicou por 2,5 e a população urbana por 20, mostra a importância que a urbanização vem tendo no mundo desde mais de um século.

Assim como os demais países da América Latina, a urbanização brasileira apresenta-se acelerada. O intenso processo de urbanização no Brasil ocorre na segunda metade do século XX. Segundo Maricato (2001, p. 16) "Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%". Para Maricato (2000) o crescimento urbano brasileiro sempre veio acompanhado do aumento de pobreza, uma vez que, "sempre se deu com exclusão social".

A exclusão social acontece quando políticas públicas não são elaboradas para uma parcela da sociedade visando o acesso aos bens e serviços básicos. A rápida urbanização e a falta de reformas sociais para absorver os contingentes populacionais, durante muito tempo, no país, agravou os problemas enfrentados pela população de baixa renda, como o acesso a moradia digna, a infraestrutura e ao emprego, pelo menos, no mercado formal. Essas condições provocaram o empobrecimento da população.

Portanto, o crescimento populacional nas cidades e o aumento da pobreza, principalmente nos países subdesenvolvidos, atualmente está em pauta, não somente nos organismos internacionais, como por exemplo, a ONU (Organização das nações Unidas) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), mas também é uma preocupação das políticas públicas, no Brasil. Através de mecanismos como o Estatuto da Cidade há o indicativo para a amenização das dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda, especialmente, no que diz respeito a falta de moradias e deficiência de infraestrutura urbana.

4.2 Crescimento urbano e o aumento das Áreas Especiais de Interesse Social em Pelotas

O grande aumento populacional na área urbana do município de Pelotas se verifica na década de 1960. O crescimento populacional de Pelotas nesse período, de acordo com o I Plano Diretor de Pelotas (DPD, 1967), foi causado, sobretudo, por um grande êxodo rural, originado principalmente de outras cidades da região. A imigração se justificaria por ser Pelotas uma cidade que exerce polarização na região.

Dessa forma, o planejamento urbano de Pelotas, já expressava uma emergência na tomada de providências diante do crescimento populacional e dos problemas urbanos que a cidade apresentava. Conforme esse documento (1967, p. 7):

Pelotas vive sérios problemas urbanos agravados pelo obsoletismo das normas urbanísticas em vigor. Seu crescimento, como de resto na maior parte das cidades brasileiras, vem se fazendo de forma acelerada quanto desordenada e a estrutura física que respondia congruentemente aos reflexos sócio-econômicos da época áurea das charqueadas, já não resiste ao impacto de uma população que cresce a uma taxa de 4,7% ao ano, bem como à crescente afirmação da função comercial que veio colocar Pelotas no indiscutível papel de centro de região da zona sul do Estado.

O documento registrava o aumento populacional urbano preocupante no município entre os anos de 1950 e 1960. Dos 127.641 habitantes no município em 1950, 44% viviam na cidade. Já em 1960, Pelotas atingindo um número de 178.265 habitantes, a porcentagem de população urbana era de 53%.

Não obstante, atualmente, segundo o IBGE (2007) o município de Pelotas possui 350.358 habitantes, sendo que desse total 95% residem na zona urbana.

Tabela 3 - Distribuição da população no município de Pelotas - 2007

Habitantes	Nº absolutos	%
Urbanos	333.120	95
Rurais	17.238	4,92
Total	350.358	100

Fonte: ITEPA, 2007.

Na caracterização das habitações na área central de Pelotas o I PDP (pág. 89) revelava que as moradias eram "construção de alvenaria (pela ausência de madeira na região) de um só pavimento e construída junto às divisas laterais do terreno e ao alinhamento do passeio".

Essa declaração é entendida como a ausência de moradias precárias na área central de Pelotas, reforçada pela seguinte afirmação do I Plano Diretor de Pelotas (1967, p. 89):

As áreas de sub - habitação são identificadas facilmente em pontos bem definidas da cidade: Vila da Balsa, Vila Gazômetro, leito da antiga Estrada de Ferro, etc. Cabe ressaltar que o problema social é caracterizado mais pelo padrão de vida de seus ocupantes e pelas condições sanitárias da área (os moradores da Vila Castilho fazem a triagem do lixo depositado junto as casas) de que pelo aspecto físico ou construtivo das habitações, que não chegam a constituir o que se convencionou chamar de "maloca". Quanto a estas, no seu conceito material, não se apresentam em grande número, nem de forma concentrada, estando espalhadas pelas áreas periféricas ao centro mais denso do aglomerado.

O documento, ainda continha leis que proibia edificações que não estivessem dentro das normas legislativas, mas, o que mais chama a atenção é a proibição de

ampliação das obras já existentes que não estavam de acordo com a legislação municipal do I Plano Diretor de Pelotas (1967, p. 151):

Nas edificações existentes em uso incompatível serão permitidas somente obras de manutenção do prédio sendo vedada qualquer ampliação da área construída, salvo para hospitais e indústrias, em terrenos de sua propriedade na época da promulgação desta lei, observados os demais dispositivos da mesma.

As edificações executadas em desacôrdo com as diretrizes deste documento ou com as normas estabelecidas na legislação das edificações ficariam sujeitas ao embargo administrativo e demolição, sem qualquer indenização por parte do município

As áreas ocupadas pela população de baixa renda que apresentam irregularidades urbanísticas ou fundiárias, segundo o NAUrb (Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo) 2007 da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), são denominados de AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social). Conforme o relatório (2007, p. 12):

porções de território do município, destinados prioritariamente à recuperação urbanística, à regularização fundiária e a produção, manutenção e melhorias de empreendimentos de habitação de interesse social, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.

De acordo com o relatório, essas áreas são ocupadas pela população de baixa renda (até três salários mínimos) e a irregularidade urbanística constitui-se em áreas com carência de infraestrutura, equipamentos comunitários e serviços. Já a irregularidade jurídica constitui-se na ausência da segurança de posse e registro da propriedade.

Nesse contexto, Carter (1983) faz uma distinção entre áreas desprovidas de regularidade urbanística e fundiária. O autor entende que a denominação de bairros irregulares referem-se as ocupações urbanas, onde os moradores não possuem documentos de proprietários. Conforme o autor, a principal distinção entre os bairros irregulares, aos quais ele denomina de “assentamentos espontâneos ou ilegais”, e os bairros populares, é que os últimos, embora tendo uma infraestrutura precária e casas inadequadas, os moradores possuem título de propriedade legal enquanto nos

primeiros, Carter afirma (1983, p. 542), “os residentes, se é que se pode chamar assim, não possuem título legal algum que lhes autorize a ocupar o solo em que vivem”.

No entanto, essa denominação pode variar por diversos fatores. De acordo com Carter (1983, p. 541) “Os nomes que são atribuídos a este fenômeno nos diversos sítios são muito variados, tanto na própria literatura acadêmica e urbanística como nas respectivas línguas vernáculas”.

Já o Relatório do NAUrb (2007) traz na concepção de irregularidade, não somente a situação dos moradores que não possuem título legal de propriedade, mas também se refere a situação precária da infraestrutura nas áreas de população de baixa renda. Dessa forma, o relatório do NAUrb (2007, p. 12) classifica as AEIS no município de Pelotas em quatro grupos, a saber:

AEIS I: Áreas públicas ou privadas localizadas em áreas de preservação ambiental, ocupadas por população de baixa renda, em que haja interesse público em promover a regularização fundiária, recuperação ambiental, produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social. AEIS II: Áreas públicas ou privadas, ocupadas por população de baixa renda, em que haja interesse público em promover a regularização fundiária, produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social. AEIS III: Glebas e imóveis subutilizados ou não utilizados e glebas não edificadas, destinados à implantação de novos empreendimentos de interesse social e reassentamento de populações removidas de áreas de risco ou impróprias para moradia. AEIS IV: Áreas ocupadas por população de baixa renda, localizadas na interface urbano – rural, em que haja interesse público na regularização fundiária, produção, manutenção e recuperação de habitação de interesse social.

No entanto, o enfoque do trabalho realizado pelo NAUrb se deu apenas nas AEIS urbanas, ou seja, a AEIS IV não foi considerada no estudo. Assim, segundo o conceito de AEIS proposto pelo NAUrb, o trabalho identificou e mapeou (em anexo) 159 dessas áreas no espaço urbano de Pelotas. Esse mapeamento, realizado pelo NAUrb, revelou um número elevado de áreas pobres na cidade de Pelotas. Segundo o relatório (2007, p. 75:

Constatou-se, segundo os resultados obtidos na amostragem geral, em consonância com os dados do IBGE, que 98% da população das AEIS inserem-se na faixa de até 2 salários mínimos o que nos leva a concluir que aproximadamente 30% da população pelotense está situada na linha de pobreza. Outro dado constatado é de que as pessoas sem rendimento correspondem aproximadamente 6% da população de Pelotas, o que leva a deduzir que está diretamente relacionado ao total de pessoas sem acesso à habitação.

As AEIS, geralmente, localizam-se na periferia, porém, mesmo quando encontram-se próximos ao centro da cidade, há falta de grande parte da infraestrutura (como por exemplo, pavimentação das ruas, energia elétrica, água canalizada, esgotos, etc). É importante ressaltar que, na periferia de Pelotas não mora somente população de baixa renda, pois, atualmente, pode se verificar que uma parte da população urbana de alta renda se desloca da área central urbana para residirem na periferia, um fenômeno mundial. Porém, os espaços que residem são bem distintos da população de baixa renda. Pois, via de regra, as casas e os terrenos são amplos, com boa infraestrutura, espaços de lazer e arborizados.

A grande desigualdade sócioespacial pode ser identificada, empiricamente, na cidade com a proliferação de espaços apresentando moradias precárias e com pouca infraestrutura. A tabela demonstra a situação habitacional no município de Pelotas.

Tabela 4 - Total de necessidades habitacionais por déficit ou inadequação habitacional no município de Pelotas - 2007

Pelotas	Total
Déficit habitacional	6.567
Inadequação por adensamento	6.516
Inadequação por carência ou deficiência	17.185

Fonte: ITEPA, 2007

Verifica-se que o déficit habitacional em Pelotas é elevado (6.567), porém a inadequação das moradias por carência ou deficiência apresenta um número preocupante (17.185), revelando a emergência de medidas para a amenização da problemática na área urbana da cidade. O II PDP (1978) evidenciava a falta de infraestrutura fornecida pelo poder público em locais distantes do centro da cidade, como expresso no Art. 59, II inciso "Área de Ocupação Diferenciada, corresponde à

parte da Zona Urbana, contígua à Área de Ocupação Intensiva, com população rarefeita não servida por infraestrutura e equipamentos urbanos, e destinada à expansão urbana".

Dessa maneira, a materialização da pobreza é visível na paisagem urbana através da segregação espacial e das moradias, refletindo os problemas sociais enfrentado por grande parte da população urbana mundial. Conforme Maricato (2001, p. 30):

O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que, inspirados na interpretação de Arantes e Schwarz sobre Brecht, podemos repetir que "a regra se tornou exceção e a exceção regra". A cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria.

Essas áreas abrigam uma grande parte da população de baixa renda no espaço urbano, via de regra, as casas são construídas pelos próprios moradores, sem nenhum conhecimento de construção civil. O material utilizado na construção das moradias é precário (restos de madeiras, zinco ou pedaços de latas, por exemplo) não oferecendo nenhuma segurança diante de chuvas torrenciais ou tempestades.

Além disso, em algumas áreas consideradas irregulares na cidade de Pelotas seus moradores convivem com a incerteza de serem removidos ou não para outras áreas urbanas, uma vez que não possuem documento de propriedade que lhe assegurem definitivamente o direito de continuar morando no local. Referindo-se a relação entre o acelerado crescimento urbano e a falta de moradias adequadas nas cidades, Carter (1983, p. 541) afirma:

Tal fenômeno origina, dentro das próprias cidades, graves problemas sociais, entre os que são mais imediato vem constituído pela falta de moradias adequadas. devido em parte da magnitude do problema, em parte a limitação dos recursos disponíveis a nível nacional e municipal, e em parte também a uns sistemas sociais que inibem a equitativa distribuição desses recursos, o certo é que resulta escasso alojamento que se proporciona através dos canais formais e planejados. Como conseqüência de todo elo, a população imigrante se reúne em áreas extensivas de assentamentos periféricos.

Na concepção do autor (1983), as causas do aumento da pobreza, materializada no espaço urbano são inúmeras. A falta de moradias adequadas faz proliferar os bairros pobres, os quais Carter relaciona com o grande crescimento populacional nas

zonas urbanas e com a falta de recursos financeiros do poder nacional e municipal, além da desigualdade na distribuição desses recursos públicos.

Conforme Maricato (2001, p. 22) "O crescimento urbano sempre se deu com exclusão social, desde a emergência do trabalhador livre na sociedade brasileira, que é quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão e tem início o problema da habitação".

A falta de moradias urbanas, com já foi dito anteriormente, está associada ao grande crescimento populacional, no entanto, está comprovado que o número de residências vagas continua aumentando, segundo o Ministério das Cidades (2004):

O número de domicílios urbanos vagos no País vem crescendo. Entre 1991 e 2000 houve um aumento de 55%. Em 2000 havia 4,6 milhões de domicílios urbanos vagos, dos quais 2 milhões e 250 mil situados em aglomerados metropolitanos, especialmente nas áreas centrais, e 1,5 milhões na zona rural. Nas Regiões Metropolitanas do Sudeste os imóveis vagos são em números superiores às necessidades habitacionais.

Sobre os imóveis vagos em Pelotas, não se obteve dados, porém a extensão de terra vaga (mapa em anexo) é bastante significativa, podendo, pelo menos, grande parte se destinar a construção de moradias populares.

O déficit habitacional não é um problema exclusivo dos países subdesenvolvidos, isto quer dizer que, os países desenvolvidos também apresentam problemas habitacionais. No entanto, além dos fatores já mencionados pela UNPF 2007, no que diz respeito a diferença entre a urbanização dos países ricos e pobres, os problemas sociais verificados nos países subdesenvolvidos são relevantes para a compreensão da segregação socioespacial.

O desemprego e a desigualdade na distribuição de renda são fatores fundamentais na proliferação das áreas com moradias precárias e insuficiência de infraestrutura.

Diante do exposto é possível compreender que a falta de moradias não está, unicamente, relacionada com o crescimento urbano numa relação entre oferta e demanda. e sim, com as condições financeiras para aquisição de um imóvel.

5 As estratégias na apropriação do Loteamento Ceval.

Nesse capítulo se objetivou entender as estratégias utilizadas pelos moradores do Loteamento Ceval para conseguirem a posse da área e a construção de suas casas, além da infraestrutura junto ao poder público local.

Na pesquisa de campo se buscou captar a realidade o mais fielmente possível, os dados obtidos são apresentados através de textos, tabelas e figuras sobre a ocupação, na ótica da comunidade. Também, alguns relatos dos moradores, considerados de fundamental importância para a temática do trabalho estão transcritos na íntegra.

No primeiro contato com os moradores foi explicado que suas identidades não seriam reveladas no trabalho, assim os moradores foram denominados por letras (como por exemplo, morador A e morador B).

Na pesquisa de campo, também se procurou entender a concepção dos órgãos públicos competentes sobre a ocupação do Loteamento Ceval e a existência ou não do planejamento de melhorias para essa AEIS. Mais especificamente, procurou-se saber nessas instituições a existência de medidas para a melhoria das condições de vida da população do Loteamento Ceval.

No entanto, nas entrevistas junto aos órgãos públicos, à SEUrb e a SMH, praticamente, não se obteve dados apesar das várias visitas e solicitações da pesquisadora. As respostas dadas aos questionamentos eram muito rápidas e vagas. A justificativa dos funcionários eram sempre as mesmas, não dispunham de tempo pelo acúmulo de serviço ou não tinham as informações pedidas.

Diante da insistência ao longo dos meses (10 meses) de visitas a esses órgãos públicos, um dos funcionários encaminhou a pesquisadora para uma entrevista com a assistente social. Ela então, pediu que enviasse por e-mail os dados necessários ao trabalho, para que, mediante a análise do departamento público, decidissem quais dados poderiam ser disponibilizados. Porém, não houve resposta quanto à solicitação enviada.

Dessa maneira, se intensificou a pesquisa de campo junto aos moradores do Loteamento Ceval, por isso, os dados aqui obtidos estão baseados, quase que inteiramente, na concepção dos moradores.

5.1 Localização e caracterização da área.

A AEIS da Ceval está localizada no início da Av. Brasil no bairro Simões Lopes, Zona Sul de Pelotas (mapa de localização em anexo) . Essa área é considerada central, uma vez que, está situada próxima ao centro da cidade.

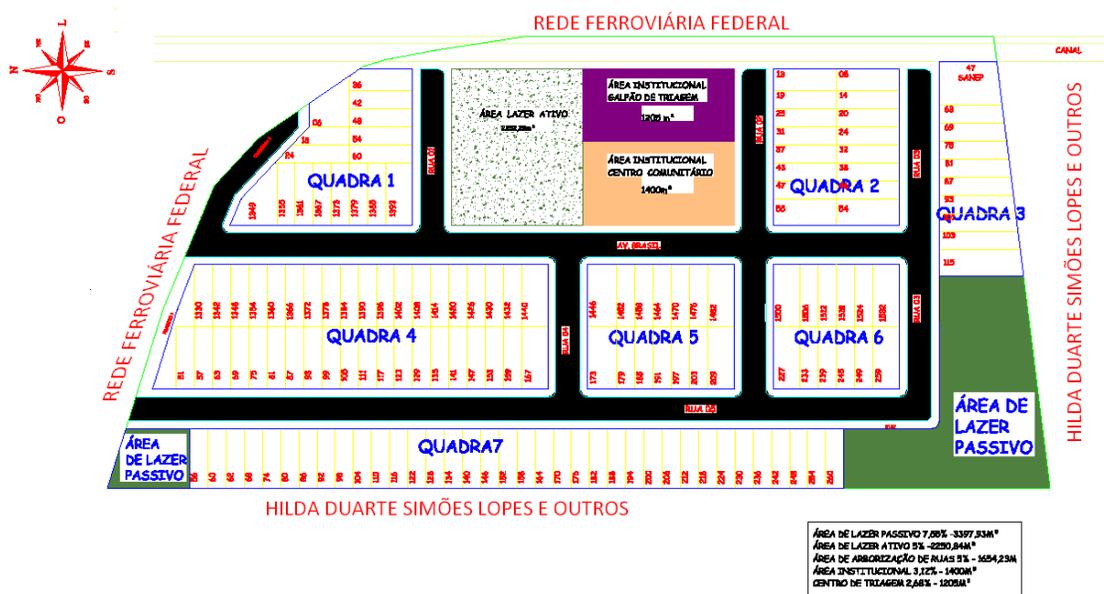


Figura 2 – Mapa do Loteamento Ceval - 2009
 Fonte: Secretaria Municipal de Habitação (SMH) de Pelotas -2009

A delimitação da área foi feita a partir do mapa (Fig. 2) fornecido pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) contendo a quantidade e divisões dos lotes, como

também as ruas estabelecidas por esse órgão municipal. O Loteamento Ceval é composto por seis (6) ruas identificadas pelos seus respectivos números (Rua nº 1, Rua nº 2, por exemplo) que delimitam sete (7) quadras com o total de 115 casas edificadas pela SMH. Também possui duas áreas baldias, as quais recebem o nome de “Área de Lazer Passivo”.

Para a caracterização do Loteamento Ceval foi utilizado o método dialético no sentido da horizontalidade, uma vez que busca a descrição do fenômeno conforme Martins (1996, p. 21) “cabe o pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente a diversidade das relações sociais identificando e descrevendo o que vê”. Dessa maneira, procurou-se abarcar todos os elementos visíveis observados na área em estudo.

Na paisagem do Loteamento Ceval foi possível identificar muitas crianças descalças, cachorros, sujeiras e trânsito de pessoas, bicicletas, charretes, motos e de vez em quando, algum carro, geralmente, velho (Apêndice B e C). Também, pode-se verificar um número significativo de cavalos e charretes nos pátios, além de muitos papéis e papelões, pneus e sujeiras (Apêndice D e E).

No que se refere a infraestrutura, depois de muitos conflitos e reivindicações dos moradores à Prefeitura Municipal de Pelotas, o loteamento apresenta o mínimo de condições habitáveis. Os moradores usufruem de água canalizada para as residências, luz elétrica, coleta de lixo (três vezes por semana) e sistema de esgoto.

No entanto, conforme relato dos moradores, as lâmpadas de iluminação pública com defeitos por término de suas vidas úteis ou quebradas não são repostas. Também ocorre, falta de água, frequentemente (média de duas vezes por semana) e problemas de vazamento dos esgotos à céu aberto.

Contudo, o maior transtorno para os moradores é a falta de calçamento nas ruas. Pois, as ruas são de chão batido causando muita poeira nos dias secos e grande dificuldade na locomoção das pessoas em dias chuvosos devido à quantidade de lama. Uma moradora relata que as ruas ficam alagadas e com muita lama quando chove dificultando as atividades do dia-a-dia, como ir para o trabalho ou levar as crianças na escola.

A problemática dos alagamentos e barro por ocasião das chuvas pode ser identificada na figura a seguir:



Figura 3 – Rua coberta de lama no Loteamento Ceval.
Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

A Fig. 3 revela o grande transtorno causado aos moradores que necessitam se deslocar, por inúmeros motivos, como ir para o trabalho, levar seus filhos à escola (como no relato da moradora) ou até mesmo, comparecer a uma consulta médica, com as ruas, praticamente, intransitáveis quando há o acúmulo de água.

Quanto aos serviços coletivos, a situação é de abandono pelo poder público. Existe apenas um telefone público e o ônibus passa relativamente longe do loteamento. As pessoas que necessitam se deslocarem de ônibus devem caminhar por oito (8) quadras até a primeira parada.

Escolas, posto de saúde e posto policial somente no bairro mais próximo que fica nove quadras do loteamento. No entanto, recentemente, a prefeitura inaugurou um centro comunitário no Loteamento Ceval (prédio mostrado na Fig. 3, ao lado esquerdo

da fotografia). Os moradores não entenderam o motivo da construção do prédio com essa finalidade. Conforme a líder comunitária da Ceval (denominada aqui de moradora A) “deveriam construir um posto de saúde ou escola, disso nos precisamos”.¹

Praças e áreas de lazer também inexistem. Os locais de lazer representados no mapa do Loteamento Ceval (Fig. 2) são apenas terrenos baldios (campos). Foi verificado que as crianças brincam numa área baldia, que segundo os moradores, os funcionários da SEUrb haviam lhes informado que construiriam uma praça. Contudo, atualmente nesse espaço estão sendo construídas quatorze novas casas para acomodar mais pessoas de outros locais da cidade, como pode ser identificada na figura a seguir:



Figura 4 – Área baldia no Loteamento Ceval - 2009
Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

A área fotografada na Fig. 4 era muito utilizada pelas crianças e adultos para o jogo de futebol. A população também não conta com supermercados ou armazéns. O

¹ Informação verbal concedida em 15/01/09.

único estabelecimento de alimentação no loteamento é uma tenda de madeira construída pelo morador B, em frente sua casa.

Na caracterização das habitações pode-se identificar que, grande parte das moradias é de alvenaria e muito pequenas. Essas casas possuem apenas um cômodo medindo 23,10 m² onde a média de moradores por casa é de 5 pessoas.

Observou-se, em alguns terrenos, que existem também casas de madeira no fundo do pátio, geralmente, remanescentes da época da invasão. No entanto, obteve-se a informação que, algumas casas de madeira, foram construídas recentemente, no fundo do quintal com a finalidade de abrigar outras famílias (geralmente, parentes), ou até mesmo, prover um aumento nas edificações de alvenaria, como a construção da tenda acima mencionada. Também foram identificadas moradias em outras áreas do Loteamento Ceval, as quais, apesar de não estar destinadas a construção de residências, continuam sendo invadidas, como mostra a figura abaixo:



Figura 5 – Casebres construídos em áreas invadidas, atualmente, no Loteamento Ceval - 2009.
Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

As casas de madeira são feitas pela autoconstrução, evidenciando que o construtor não domina os conhecimentos necessários de construção civil, pois via de regra, apresentam-se mal feitas e inacabadas, muitas vezes, com materiais de construção reutilizados como é revelada na Fig. 5.

Portanto, na descrição do Loteamento Ceval pode-se considerar que as famílias enfrentam dificuldades quanto às condições de espaço no interior das moradias. E mesmo, após seis (6) anos a infraestrutura e os serviços coletivos oferecidos pelo poder público local, mostram-se ineficientes.

5. 2 Invasão da área

A área onde está localizado o loteamento pertencia a empresa Bung Alimentos, antiga Ceval, e foi comprada pela Prefeitura Municipal de Pelotas. O local estava destinado para a construção de apartamentos objetivando moradias para a classe média, segundo o relato da arquiteta Marta da Rosa e Silva que trabalhava na época, na Secretaria Municipal de Urbanismo (SEUrb).

No entanto, em 2002, a população que habitava às margens da rodovia Viscondessa da Graça (Estrada do Rio Grande, margens Canal São Gonçalo), uma área de topografia muito baixa, e por isso, constantemente alagada começou a invasão da área da Ceval.

A líder comunitária, anteriormente moradora na Viscondessa da Graça, afirma que a ocupação da área da Ceval aconteceu porque os moradores da Viscondessa da Graça estiveram ameaçados de serem removidos pelo poder público local para uma área distante do centro da cidade, denominada de Sanga Funda.

Contudo, a maioria dos moradores resistiu à remoção da viscondessa da Graça para a Sanga Funda alegando que esse local era muito longe de seus empregos. Como disse a moradora C que trabalha como diarista “Gastaria a metade do meu salário (ganha o salário mínimo) com o transporte até o final do mês¹”. Essa situação econômica estende-se a praticamente toda a população do Loteamento Ceval, conforme é demonstrado na tabela a seguir:

¹ Informação verbal concedida em 15/01/2009

Tabela 5 – Renda per capita das famílias (em reais) - 2009

Renda per capita	Nº de famílias	%
77,00 – 115,00	12	30
127,00 – 175,00	14	35
194,00 – 271,00	8	20
300,00 – 465,00	6	15
Total	40	100

Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

Considerando a renda per capita dos membros familiares verifica-se que a maioria das famílias (35%) vive com renda per capita entre R\$ 127,00 e R\$ 175,00. Sendo assim, pode-se afirmar que esta população vive uma situação de extrema pobreza, uma vez que, este valor fica destinado aos gastos com alimentação, saúde, educação, entre outros.

Apesar da impossibilidade financeira de gastar com o transporte, segundo a moradora C, as constantes conversas da comunidade com as autoridades competentes, colocando o problema de residirem fora do centro urbano, não deram resultados positivos. Ou seja, o poder público local não considerou o pedido da comunidade de removê-los para um local mais próximo do centro do que a Sanga Funda.

Assim, os moradores da Viscondessa da Graça necessitariam ainda, dividir seus escassos ganhos com o transporte coletivo porque a distância dessa área até ao centro é inviável, para que a faxineira, o catador de papel, entre outras profissões predominantes no Loteamento Ceval, conforme a tabela abaixo, se desloque diariamente a pé para realização de seu trabalho.

É importante ressaltar também, que a Sanga Funda é um local que não oferece infraestrutura adequada para acomodação dessa população, nem tampouco, ofertas de emprego.

Tabela nº 6 - Profissão dos chefes de famílias - 2009

Profissão	Nº de chefes de família	%
Papeleiro	14	35
Faxineira	6	15
Pedreiro	6	15
comerciário	5	12,5
Vigia noturno	1	2,5
Portuário	1	2,5
Doméstica	7	17,5
Total	40	100

Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

Repudiando a nova localidade, a Sanga funda, destinada pelo poder público para a acomodação, restava aos moradores da Viscondessa da Graça buscar outra alternativa, a invasão de um local mais próximo do centro da cidade. Segundo a moradora A, foi observado por ela, que a área da Ceval, onde hoje estão assentados, estava vazia.

A líder comunitária lembra que um dos moradores teve a informação que essa área pertencia agora, a Prefeitura Municipal de Pelotas através de compra da antiga fábrica da Ceval. Ela afirma, que diante desta constatação imediatamente organizou um grupo de famílias para a invasão da área.

A invasão da Ceval é confirmada pela arquiteta Marta, segundo ela "Os moradores da Viscondessa da Graça diante da ameaça da remoção para a Sanga Funda, decidiram invadir a área da Ceval quando descobriram, não sei como, que era uma propriedade da Prefeitura Municipal de Pelotas".¹

Na verdade, como relata a moradora A "A ocupação inicial deu-se apenas com seis famílias, mas aos poucos foram chegando mais pessoas da Viscondessa da Graça e de outros locais da cidade que desejavam um pedaço de terra para morar".²

De acordo com a arquiteta, além dos moradores da Viscondessa da Graça, vieram também, pessoas de outros locais da cidade para a área da Ceval por ocasião das enchentes que a cidade sofreu no ano de 2004. Principalmente, moradores da Vila Farroupilha (próxima a rodoviária de Pelotas), área que, assim como a Viscondessa da Graça alaga constantemente, na época de chuvas torrenciais.

Sobre as invasões de áreas particulares ou municipais nas áreas urbanas, Rodrigues (2001, p. 42) relata que "No final da década de 70, a falta de alternativas sucessivas do onde e do como morar, torna freqüente uma outra maneira de tentar solucionar esta questão: a ocupação de terras nas cidades".

Como se pode constatar nas tabelas nº 5 e nº 6, além dos baixos salários, todos os moradores encontram-se no emprego informal estando assim sujeitos a insegurança quanto a manutenção da renda porque não possuem garantias trabalhistas por uma eventual doença ou desemprego.

Maricato (2001) acredita que nas ocupações ilegais o esforço deve acontecer para a regularização, salvo em áreas de riscos. Para a autora as invasões são originadas das ausências de políticas públicas e sociais ao longo do tempo no Brasil.

Porém, a invasão na área da Ceval não foi aceita pelo poder público municipal que tentou removê-los para o local, inicialmente, destinado para acomodar a população da Viscondessa da Graça.

A moradora A revela que nessa época já havia mais de quarenta famílias no local e que demonstraram bastante determinação em permanecer na área da Ceval. Começa então um longo processo de luta entre moradores e autoridades municipais.

¹ Informação verbal concedida em 25/02/09

² Informação verbal concedida em 04/03/09

5.3 Resistência e permanência na Ceval

A insegurança e o medo da remoção fizeram com os moradores se unissem, mais ainda, organizando-se e traçando planos para resistirem a remoção. Os moradores reuniram-se na casa da moradora A onde conversavam durante horas planejando as ações que tomariam para conseguirem permanecer no local.

Entre as ações decididas estavam a não aceitação de remoção para uma área distante da cidade, pois sabiam que, seria praticamente impossível a sobrevivência da população. Outro acordo estabelecido entre os moradores estava o rodízio entre grupos de família para permanecer alguns dias por semana, dia e noite, na área. Também, quando um grupo se deslocava para as audiências na câmara de vereadores buscando uma solução outro grupo ficava atento no loteamento com o receio da retirada de suas barracas e casebres pelo poder público.

Também havia frequentemente, reuniões entre os moradores e as autoridades na Secretaria Municipal de Habitação (SMH). As propostas eram sempre para que os moradores deixassem o local, oferecendo em troca a Sanga Funda ou o Loteamento Getúlio Vargas que também era distante do centro da cidade. Pospostas estas, que eram imediatamente refutadas pelos moradores.

Além da organização entre os moradores para conseguirem a posse da área da Ceval, a comunidade buscou apoio de outras pessoas que consideravam influentes com as autoridades locais. A líder comunitária ressaltou a importância da ajuda da professora Jara Fontoura da Silva, atual professora do curso de bacharelado em Ecologia da Universidade Federal de Pelotas (UCPel) e o Vereador Paulo Opa.

Segundo os moradores, a professora Jara Fontoura da Silva desenvolvia um trabalho sócio-educativo ambiental com a comunidade na Viscondessa da Graça desde 1998. Quanto ao Vereador Paulo Opa foi solícito com a comunidade desde o início da ocupação da Ceval.

As pressões, a articulação das famílias e o apoio dos agentes envolvidos determinados ao confronto e ao diálogo para apoiar, foram fundamentais para que os moradores conseguissem o direito de permanecer na área da Ceval. Assim, de acordo

com a líder comunitária, a organização se fortaleceu e realmente, fez frente ao poder público local.

Após vários meses de resistência e luta dos moradores, houve então, a promessa do poder local de prover moradia e infraestrutura para a área invadida. Todavia, a condição precária dos moradores estava longe de acabar, durante dois anos os moradores acomodavam-se em barracas feitas de lonas ou casebres, conforme a figura abaixo:



Figura 6 - Casebres improvisados no Loteamento Ceval por ocasião da invasão -2004
Fonte: Eneida Rodrigues Tavares, 2004

A fig. 6 demonstra a condição precária em que viviam os moradores do Loteamento Ceval. O descaso do poder público local com a comunidade foi tanto que os moradores dessa área esperaram até 2006 (aproximadamente 4 anos) para o começo da construção de suas moradias.

As condições subumana em que se encontrava a população dessa área pode ser também, identificadas no relato da moradora C "Meu esposo dormia na barraca feita de

lona na área da Ceval, mas, meus filhos e eu tínhamos que ficar na casa de minha mãe, à noite, porque não dava para acomodar todas as crianças" .¹

A moradora acima mencionada é mãe de cinco filhos todos muito pequenos, sendo que o mais velho tinha sete anos na época. Segundo a moradora durante mais de dois anos sua família morou em barraca porque tinha medo de construir uma casa e depois serem retirados do local pela Prefeitura. Conforme o Ministério das Cidades em parceria com a Fundação João Pinheiro (2001, p. 54) “Deve-se ressaltar que há 6 152.537 pessoas vivendo em condições habitacionais precárias no país”. De acordo com essa instituição somente na área urbana o número é de 2 821. 428.

Uma notícia em 2004 no jornal local expressa claramente as condições miseráveis em que se encontravam os moradores dessa área.

Abandonados. Assim se sentem os moradores do loteamento Ceval, localizado no início da avenida Brasil no Simões Lopes. Desde 2002, quando aportaram por ali fugidas da enchente que arrasou a vila da Ponte (nas margens do canal São Gonçalo), as 45 famílias esperam pela demarcação dos lotes. Enquanto isso, não podem construir casas definitivas, nem têm acesso à luz, água ou esgoto. (Diário Popular, Quarta – Feira, 24 de janeiro. 2004) .

Sobre a infraestrutura oferecida o morador D, ressalta “durante dois anos nós só conseguíamos água numa "bica" na rua para todos os moradores a luz elétrica também não havia utilizávamos lampião”.² A falta de energia elétrica conferiu ao Loteamento Ceval a denominação de "Vila Fantasma", pois à noite o local ficava muito escuro.

A moradora B, acredita que a demora para a construção das casas era proposital para que os moradores desistissem e fossem embora do local como alguns o fizeram. Segundo a moradora, "só quem realmente não tinha onde morar ficou aqui", pois como relatou não havia esgoto, rede elétrica e a água somente era conseguida por uma torneira no início da rua principal.

A demora demasiada para a construção das casas e a ausência de infraestrutura desanimou muitos moradores, que já não acreditavam mais, nas promessas das autoridades públicas. Assim, nem todos tiveram a mesma persistência da moradora C (mãe de cinco filhos) citada anteriormente. Após um ano de ocupação, algumas

¹ Informação verbal concedida em 04/03/09

² Informação verbal concedida em 04/03/09

pessoas, acreditando que não conseguiriam a posse definitiva e a construção de suas casas, acabaram vendendo o terreno.

Uma moradora que vendeu o terreno, olhando para a casinha que poderia ser dela agora, confessa arrependimento, pois atualmente, mora nos fundos do pátio de sua cunhada, no Loteamento Ceval. No seu relato afirmou que há muitas brigas entre as crianças, seus filhos e os filhos da cunhada, o que acaba gerando conflito também, entre os adultos.

Relembrando os dias difíceis (ou melhor anos) da ocupação a moradora A relata que "tínhamos que ficar alerta o tempo todo, dormindo mal, sem água e luz e, muitas vezes, faltando o serviço e não levando as crianças para a escola"¹. Segundo a moradora, esse tempo de vigília era necessário para que, numa eventual ação do poder público para a retirada da população, os moradores agissem rapidamente para a resistência. Entre os moradores estavam mulheres grávidas, crianças de colo, famílias inteiras, todos engajados na luta pelo direito à moradia nessa área.

Dessa maneira, pode-se verificar que a invasão de áreas urbanas é um processo que, além de trazer insegurança à comunidade pelo medo da remoção, o provimento da infraestrutura pelo poder público é muito demorado, como no caso da área da Ceval. Essa situação relega a população de baixa renda a uma situação de dificuldades extremas como a falta de saneamento básico fundamental para a sobrevivência humana.

5.4 Autoconstrução: mutirão

Inicialmente o projeto de assentamento no Loteamento Ceval contemplava 70 (setenta) casas adquiridas pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSHIS). A área destinava-se a assentar as pessoas que moravam nas margens da estrada do Rio Grande (Viscondessa da Graça), mas depois houve necessidade de assentar também, moradores de outros locais da cidade que nessa área se instalaram.

¹ Informação verbal concedida em 04/03/09

Dessa forma, o projeto foi ampliado para a construção de mais 22 (vinte e duas) casas, construídas pelo Programa Morar Melhor, conforme o relato da assistente social, Eneida Rodrigues Tavares, que organizou o cadastro das famílias na área da Ceval.

Posteriormente, mais 23 (vinte e três) casas foram construídas pela Resolução 460, devido ao aumento de famílias que se dirigiam para a área da Ceval. O que, pelo menos, todas as famílias tinham em comum, era uma renda extremamente baixa. Segundo Eneida, os ganhos familiares eram até um (01) salário mínimo.

Os programas habitacionais foram executado pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH). As parcerias para o empreendimento foi da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Sistema Tecnológico de Construção Ltda (SISTECOM), empresa técnica em concreto celular injetável para que concluísse as obras.

De acordo com Eneida, os recursos foram conseguidos pelas linhas de financiamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), subsidiados pelo governo federal via Ministério das Cidades. Outra parceria para a construção de moradias no Loteamento Ceval foi o Projeto NINHO do antigo Centro Federal Tecnológico (CEFET), atualmente denominado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).

O Projeto NINHO era financiado pelo governo federal via Caixa Econômica Federal com contrapartida do município, a ser executado pela empresa Sistema Tecnológico de Construção Ltda, Sistecon, conforme a assistente social. Dessa forma, começou o cadastramento das famílias, que de acordo com Eneida, consistia em entrevistas individuais, encaminhamentos para provisão de documentos, visitas domiciliares às famílias a serem beneficiadas, questionários, planilhas, entre outros.

O Projeto NINHO previa a construção de quarenta e quatro casas por mês. A rapidez na construção era possível porque consistia em casas pré - fabricadas através de módulos prontos para colocar o concreto, conforme ilustrado na fig. 7, a seguir. Vale ressaltar que essas casas possuíam apenas um cômodo com banheiro.



Figura 7 - Módulos desenvolvidos pelo Projeto NINHO -2006.
Fonte: Eneida Rodrigues Tavares, 2006.

De acordo com Eneida, as casas seriam construídas através do mutirão. No entanto, somente as vinte primeiras casas foram construídas assim. Em seguida, as pessoas que integravam o mutirão abandonaram o trabalho. Segundo ela, o sistema de mutirão não deu certo por vários fatores "Muitas vezes, o pessoal estava organizado para o trabalho, porém não chegava o material. Ou então, havia conflitos pela falta de compromisso de alguns integrantes".¹

Conforme a líder comunitária, esse processo não continuou porque o material não chegava quando o pessoal estava organizado e, também, apenas as mulheres estavam engajadas no serviço. Sobre o assunto uma reportagem jornalística, na época, demonstrava a insatisfação de uma moradora da Ceval com a organização dos moradores para o mutirão:

“Não existe mutirão aqui, é apenas um grupo de gente trabalhando”, confirma Marineide Braga, 49 anos. A mulher de corpo franzino e mãos fortes ajudou a erguer as 20 casas existentes no loteamento, mas inconformada com a falta de participação da vizinhança anunciou que irá concluir a sua casa e a de uma filha e parar (DIÁRIO POPULAR, Quarta – feira, 26 de abril de 2006).

¹ Informação verbal concedida em 12/04/09

Na época dessa reportagem, a líder comunitária A e o líder comunitário E também responsabilizava a falta de material como fator de desmobilização do mutirão. Porém, a direção da Sistecom afirmava que o problema não era com o atraso na entrega do material de construção, e sim, pela insuficiência de pessoal para o mutirão.

A verdade é que o mutirão se constitui numa estratégia do Estado para baratear a moradia popular, já que a mão-de-obra é a dos próprios moradores. Dessa maneira, não precisa de investimentos financeiros para a contratação de mão-de-obra na construção civil.

Contudo, os moradores sacrificam-se ao extremo para construir sua moradia, como relatou a moradora C “só participava do mutirão as mulheres, pois os homens trabalhavam durante o dia”.¹ Sobre a autoconstrução Rodrigues (2001, p. 33) esclarece que:

Têm sido frequente as tentativas dos governos de atuar em programas de autoconstrução. Desde experiências internacionais, como as realizadas pelo Banco Mundial, pela "Aliança para o Progresso" que "apoiam e incentivam" a autoconstrução, até as nacionais como os programas "Mutirão -

Diante da desmobilização do mutirão, após alguns meses, as autoridades competentes contrataram empreiteiros para a construção das demais casas.

5. 5 Posse: valor de uso e valor de troca

A pesquisa revelou que 60% das famílias que ocupam o Loteamento Ceval residiam na Viscondessa da Graça. Porém, os 40% restante das famílias vieram das mais diferentes localidades na área urbana de Pelotas e por variados motivos.

Embora as enchentes tenha sido o principal motivo para a ocupação da área da Ceval outros motivos também foram citados. Entre eles, a impossibilidade de pagar o aluguel que, muitas vezes, veio acompanhado do desemprego, a formação de família por conta do casamento e a separação conjugal também foram relatados.

¹ Informação verbal concedida em 12/04/09

A tabela abaixo demonstra a relação jurídica dos moradores com a moradia anterior.

Tabela 7 - Situação da moradia anterior - 2009

Moradia anterior	Nº de famílias	%
Própria	2	5
Aluguel	8	20
Cedida	2	5
Posse	28	70
Total	40	100

Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

Quanto a relação jurídica com a moradia anterior a tabela nº 7 demonstra que grande parte dessa população eram posseiros (70 %) ou pagavam aluguel (20%) em outras localidades da área urbana no município de Pelotas. A maioria dos moradores (90%) consideram a atual moradia melhor do que a anterior, a justificativa mais frequente é que esse local, ao contrário do outro não sofre com enchentes.

Não obstante, mesmo na ausência de enchentes na cidade de Pelotas nos quatro últimos anos, a invasão do Loteamento Ceval ainda continua. Dois moradores que residem há um ano no local, confessaram que construíram seus barracos numa área vazia do loteamento. Ou seja, esses moradores ocuparam o espaço sem nenhuma autorização do poder público municipal.

A justificativa de ambos foi a separação conjugal, um deles relata sua situação da seguinte maneira "deixei o barraco e os móveis para a mulher e quatro filhos e estou começando tudo de novo" ¹

Dentre a amostra pesquisada foram quatro famílias que concederam parte de seus lotes para a moradia de outras famílias. Duas dessas famílias, destinaram parte de seus lotes para a moradia de filhos que estavam constituindo família. As outras duas abrigam parentes com dificuldades financeiras para o pagamento de aluguel. Muitas vezes, essa ocupação é temporária, ou seja, até adquirir seu próprio terreno e outras vezes podem ser definitivas.

É importante ressaltar a surpresa no relato de três moradores que confessaram terem integrado o grupo de pessoas que invadiram a área da Ceval, apesar de, já possuírem moradias em outros locais da cidade. Uma moradora relatou também que algumas famílias que conseguiram os lotes e moradias no Loteamento Ceval venderam suas casas e foram morar em outros locais da cidade como posseiros ou voltaram para suas antigas posses.

Sobre as diversas funções exercidas pela moradia, Rodrigues (2001) revela que a habitação pode ser utilizada de outras maneiras que não seja somente a função de morar, conviver com os membros familiares ou dormir. De acordo com a autora (2001, p. 11) "a moradia também é local de trabalho: sempre se trabalha em casa para a própria manutenção, como lavar, cozinhar, passar e, muitas vezes, para a concretização de um valor em dinheiro, para a subsistência".

No entanto, aqui se observou que o próprio terreno e a casa produziram o valor em dinheiro constituindo uma renda aos moradores que os venderam, corroborando com a concepção de Rodrigues que considera o imóvel uma moeda forte. Segundo a autora (2001, p. 19) "O que significa que ao adquirir um imóvel (terra/casa), sempre se terá garantido no mínimo o retorno do capital/dinheiro empregado na aquisição. São bens que sempre aumentam de preço, que seguem a dinâmica da acumulação do capital em geral".

No relato dos três chefes de família, mencionados anteriormente, que possuíam moradias em outra área urbana de Pelotas antes de residirem na área da Ceval,

¹ Informação verbal concedida em 12/ 04/09

encontram-se semelhanças na explicação para justificar tal atitude. São unânimes quando dizem “Há muito tempo estávamos desempregados, faltava comida em casa e o dono do bar já não queria mais nos vender fiado, a situação estava desesperadora”.¹

Como se endividaram muito e não encontravam uma perspectiva de suprir suas necessidades básicas venderam suas casas (onde também eram posseiros). O dinheiro conseguido através dessa negociação foi utilizado para pagar as dívidas e sobreviverem comprando produtos alimentares para eles e suas respectivas famílias e passaram a residir no Loteamento Ceval em casebres construídos com pedaços de madeira e outros materiais reutilizados (tijolos, zinco, por exemplo). Atualmente, esses três moradores, que antes de desempregarem-se trabalhavam em empregos formais, com carteira assinada, exercem agora a atividade de papeleiros.

Portanto, essa prática de vender a casa concedida pelo poder público, muitas vezes condenável, até mesmo pelos próprios moradores do Loteamento Ceval, demonstrou que se constitui numa forma de sobrevivência dos desempregados, das pessoas de baixa renda ou daqueles que simplesmente não são considerados cidadãos com direitos à vida digna, no que se refere ao suprimento de suas necessidades básicas, como nesses casos, a falta de alimentação. Essa constatação está baseada na justificativa desses moradores para tal atitude.

5.6 Desmobilização da comunidade

A organização dos moradores no Loteamento Ceval, outrora, tão importante para as conquistas como a posse dos lotes e aquisição da moradia, entre outras, atualmente está totalmente desfeita.

Questionados sobre a organização dos moradores para a reivindicação de melhorias na infraestrutura do loteamento junto ao poder público descobriu-se que agora é cada um por si. Conforme a moradora A, no início da ocupação havia mutirões para a limpeza das ruas e organização para as reivindicações junto ao poder público municipal, mas depois de conseguida as casas, a comunidade desmobilizou-se.

¹ Informação verbal concedida em 28/04/09

A desmobilização aconteceu por vários motivos, segundo a líder comunitária. O sistema de mutirão implementado para a construção das casas na Ceval gerou discórdia entre os moradores, como já foi citado anteriormente, provocando a desmobilização dos trabalhadores. Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento da organização dos moradores foram as divergências no apoio de diferentes partidos políticos, por ocasião da campanha eleitoral de 2004, no âmbito municipal.

De acordo com a líder comunitária, nessa época, as pedras destinadas ao calçamento das ruas já estavam no Loteamento Ceval. Estas, foram oferecidas pelo Prefeito em vigência e que estava se candidatando a reeleição. Entretanto, segundo a moradora, o candidato à Prefeito vencedor nas eleições foi de outro partido político e ordenou, imediatamente, a retirada do material para o calçamento da área da Ceval.

Segundo a líder comunitária, essa atitude do Prefeito eleito foi uma resposta às campanhas eleitorais que ele realizou no Loteamento Ceval. Pois, havia muitos moradores que tinham em suas portas e janelas propaganda eleitoral do candidato a reeleição e, portanto opositor. Além disso, alguns moradores ofendiam verbalmente o candidato que, no final da campanha eleitoral, venceu as eleições.

Nesse contexto, evidenciou-se mais conflitos entre os moradores com acusações recíprocas. Um grupo de moradores culpavam o candidato eleito e as pessoas que nele votaram por não terem mais perspectiva de usufruírem de ruas calçadas, em contrapartida, outro grupo responsabilizava os moradores que destruíram o candidato eleito

Também, segundo a moradora, os compromissos da vida cotidiana e o desânimo do grupo contribuíram para a desmobilização da organização. O trabalho impedia muitos moradores da disponibilidade de tempo para o deslocamento até a prefeitura ou câmara de vereadores a fim de reivindicar melhorias para o loteamento. Outros acreditavam que não conseguiriam mais do que já fora obtido. Conforme, a líder comunitária a aquisição da casa é tão essencial para os moradores que o restante das melhorias no loteamento, parece não ter urgência.

Essa constatação é relevante, uma vez que, a casa própria garante a permanência da família na cidade com a segurança de um teto, mesmo que, a moradia seja carente de conforto e infraestrutura. Esta afirmação é reforçada pela satisfação dos

moradores em residirem no Loteamento Ceval, principalmente, porque está próximo ao centro da cidade. de acordo com uma moradora "não leva dez minutos para chegar no centro".

Também, o local não estar sujeito as enchentes, é outro aspecto apontado como positivo pelos moradores. Contudo, a satisfação maior, como enfatizam, está em serem proprietários do terreno e da casa, pois consideram-se como tal, mesmo sabendo que, ainda, não são assim considerados pelo poder público municipal.

Portanto, foi possível identificar que a dispersão da organização dos moradores aconteceu por diversas razões. Houveram desavenças entre os moradores que integravam o mutirão e divergências políticas evidenciando a complexidade nas relações sociais entre uma classe social, praticamente, homogênea no âmbito econômico.

No entanto, o acesso à casa própria figurou como o fator mais importante para que a população do Loteamento Ceval se desmobilizasse não esperando mais do que a aquisição da moradia, como se isso, fosse o máximo que pudesse conseguir como "doação" do poder público.

Acredita-se que, a continuidade da forte organização dos moradores reivindicando seus direitos como cidadãos junto ao poder público proporcionaria a comunidade Ceval melhorias significativas de infraestrutura e serviços coletivos

5.7 Reflexões sobre as estratégias utilizadas pelos moradores

A necessidade de morar e de sobrevivência no espaço urbano leva a população de baixa renda a criar estratégias, transgredindo as normas legais ou jurídicas, nesse caso, a invasão e a resistência à remoção, indo contra a legislação urbana que, não raramente, segue a lógica capitalista do valor de troca da terra. Conforme Maricato (2000, p. 39) "O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade".

Como a área da Ceval localiza-se na "cidade legal", os esforços do poder público foram conduzidos para a remoção. Contudo, nem sempre as regras do mercado são aceitas passivamente pela população de baixa renda. A invasão, a organização e

a resistência fazem frente as ameaças de remoção constituindo-se assim, em movimentos sociais de cunho significativo contra a lógica capitalista que considera a terra como valor de troca.

As estratégias de ocupação ilegal nas áreas urbanas é uma prática bastante utilizada pela população de baixa renda. Conforme Maricato (2001, p. 65)

Os problemas urbanos vividos pela população se apresentam, muitas vezes, sob a forma de desastres que exigem medidas emergenciais. A política de habitação social é um bom exemplo. Enchentes, desmoronamentos, incêndios, são acontecimentos cada vez mais frequentes nas metrópoles devido ao mau uso do solo e às péssimas condições habitacionais, muitas vezes, improvisadas.

Quanto as estratégias por eles utilizadas pode-se identificar que, além da resistência de remoção a população faz contatos com as pessoas que pudessem - lhes instruir e representar junto aos órgãos públicos. Essa ação demonstrou que a população da Ceval teve o entendimento de que somente sua organização, sem pessoas como disse a líder comunitária "influentes" junto as autoridades, não conseguiria a permanência na área da Ceval.

O projeto prevendo a remoção dos moradores da Viscondessa da Graça para a Sanga Funda visava apenas solucionar a polêmica que estava em pauta na mídia, como a enchente e a perda dos poucos bens que possuía a população carente que residia na Estrada do Rio Grande.

A medida era paliativa não contemplando a necessidade de melhoria de vida daquelas pessoas. Essa constatação se justifica porque os moradores, como já foi mencionado anteriormente, ficariam obrigados a reservar uma parcela significativa de seus salários para o transporte, comprometendo ainda mais, outras necessidades básicas. Conforme Carlos (2004, p. 119):

O habitar- que guarda a dimensão do uso – envolve um lugar determinado no espaço, portanto uma localização e uma distância que se relaciona com outros lugares da cidade e que, por isso, ganha qualidades específicas. Nessa direção, o espaço do habitar tem o sentido dado pela reprodução da vida, tratando-se do espaço concreto dos gestos, do corpo, que constrói a memória, porque cria identidades, através dos reconhecimentos, pois aí coabitam objetos e o corpo.

Acredita-se que a insuficiência de renda determina em muito a qualidade de vida das pessoas, principalmente, no que se refere a localização e adequação da moradia,

além da infraestrutura necessária para uma vida digna. Conforme Vieira (2005, p. 29) “O pagamento de um preço, condicionado pela renda do agente, é requisito fundamental para o acesso ao solo e seus acessórios. Por isso, sua consideração é importante para a compreensão das diferenças existentes no espaço urbano”.

Devido a homogeneidade encontrada nas características das famílias acredita-se ter conseguido estabelecer o perfil sócioeconômico dos moradores do Loteamento Ceval. Constatou-se que os moradores vivem com baixos salários, em empregos informais e os serviços coletivos e a infraestrutura são precários.

A insuficiência de renda é reflexo do desemprego e dos baixos salários determinados pela baixa escolaridade. Os baixos salários são determinados pelo baixo nível de escolaridade dos componentes familiares, principalmente, dos chefes familiares. Pois, na qualificação profissional o requisito básico é a escolaridade. A baixa escolaridade dos chefes de família dos moradores do Loteamento Ceval pode ser verificadas na tabela a seguir:

Tabela 8 – Grau de escolaridade dos chefes de famílias.

Escolaridade	Nº de chefes de famílias	%
Analfabetos	8	20
Fundamental incompleto	23	57,5
Fundamental completo	6	15
Médio incompleto	3	7,5
Total	40	100

Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara.

Levando em conta a totalidade da amostra é possível verificar na Tab. 8 que o analfabetismo dos chefes de famílias é elevado (20 %). Além do mais, a maioria deles possui baixa escolaridade, pois 53,3 % não completaram o ensino fundamental.

Mais de 60% dos entrevistados estavam na época da entrevista, desempregados e, ou sem ocupação remunerada, a não ser os eventuais “bicos” que pudessem conseguir. A maioria dos entrevistados preocupa-se com a falta de emprego como eles dizem “Não sabemos onde isso (o desemprego) vai parar”.

Pode-se verificar que, a maioria dos moradores que exercem atividade remunerada, estão ligados ao trabalho informal. O vínculo empregatício formal estava ausente nos 95% dos entrevistados que se encontrava empregados.

Sabem também que, se tivessem um nível melhor de estudo poderiam conseguir, mais fácil, um emprego. Por isso é que se empenham para que seus filhos tenham um maior nível educacional.

Outro fator a destacar é que todos os entrevistados são provenientes de outras áreas urbanas, não se encontrando nenhum morador proveniente ou nascido na área rural. Desses, muitos afirmaram que já moraram em dois ou três lugares diferentes no espaço urbano de Pelotas. As enchentes e os constantes aumento do aluguel são os argumentos mais frequentes nas mudanças de locais no espaço urbano.

Também, algumas pessoas de baixa renda aproveitaram as invasões para conseguirem dinheiro com a venda da antiga residência ou da nova residência conforme a preferência de morar ou a necessidade do dinheiro. Porque a moradia anterior, geralmente possui maior valor do que a atual, uma vez que, via de regra, já se encontra mais provida de infraestrutura do que a área recentemente invadida.

A peregrinação pelas áreas urbanas constituem também uma forma de sobrevivência da população de baixa renda. Por diversos motivos como foram citados anteriormente, os deslocamentos populacionais são constantes nas áreas urbanas. Até mesmo, para a aquisição da moradia com a finalidade de gerar renda, por algumas pessoas.

Portanto, as contradições resultantes na produção social do espaço e de sua apropriação desigual impulsiona as estratégias da população de baixa renda na produção do espaço urbano. Pode-se constatar várias estratégias utilizadas pelos moradores da Ceval. Mas é importante ressaltar que, essas pessoas utilizam-se dessas estratégias para a sobrevivência e no desejo de conseguir uma vida melhor para si, mas principalmente, para seus filhos.

6 Considerações finais

O estudo revelou que a existência de AEIS no espaço urbano de Pelotas é originada por vários fatores inerentes ao sistema capitalista. O crescimento populacional no mundo e o êxodo rural, verificado a partir de 1950, com a industrialização do Brasil causaram uma grande concentração de pessoas nas cidades. O adensamento populacional provocou, entre outros problemas, um enorme déficit habitacional.

Porém, a falta de moradia para a população de baixa renda está condicionada, principalmente, a concentração de renda e a constante valorização da terra urbana. A terra considerada uma mercadoria, se torna inacessível à população de baixa renda devido seu valor elevado. Principalmente, se tiver benfeitorias e localização em áreas centrais há um encarecimento da terra possibilitando seu acesso apenas aos grupos sociais mais abastados financeiramente.

Com a urbanização houve proliferação de espaços com moradias e infraestruturas precárias no espaço urbano, principalmente, nas áreas afastadas do centro da cidade produzindo uma população adensada nos centros e uma dispersão demográfica para as periferias.

No entanto, o contínuo aumento populacional e a crescente urbanização geram também um constante aumento pela demanda habitacional nas áreas centrais. Somado à esses fatores, o crescente desemprego e o achatamento dos salários impediram o acesso à moradia para grande parte da população.

A conseqüência mais direta foi a eclosão de disputas e conflitos pelo solo urbano nas cidades exigindo uma atitude mais efetiva do governo para mediar as tensões entre interesses diversos. Dentro deste cenário de caos urbano, a Constituição Federal de 1988 promove legislações que contemplem a moradia popular como direito social.

Contudo, somente em 2001, a implementação do Estatuto da Cidade se torna um importante instrumento para garantir o acesso à Terra por grande parte da população carente. Dentre as orientações desse mecanismo para o Plano Diretor está o de promover programas habitacionais para a construção de moradias, bem como, melhorias na infraestrutura em áreas habitadas pela população de baixa renda.

Entende-se que o papel fundamental do Estado na regulamentação do espaço urbano, exercendo o controle da ocupação através de legislação urbanística por meio do Plano Diretor, frequentemente, necessita de transparência. Todavia, as legislações urbanísticas contam com um aparato de leis, muitas vezes, complexas que justificam atitudes de remoção da população carente promovendo injustiças sociais.

A condição de moradia no Loteamento Ceval demonstrou que o poder público local não tem como prioridade o provimento de residências e infraestrutura para a população carente, pois os moradores enfrentaram dificuldades extremas de habitação nessa área durante quatro anos, até que fosse dado o início da construção de moradias.

No provimento das moradias, também não é levado em conta o número de moradores, observando-se assim, um adensamento de pessoas por casa, já que são muito pequenas, não oferecendo o mínimo de conforto.

Verifica-se então, que as AEIS retratam os espaços de pobreza na área urbana, ao mesmo tempo que, se apresentam como luta de melhorias na qualidade de vida.

Diante do exposto, pode-se entender que a concentração de pessoas nas áreas urbanas com o aumento da industrialização não foi acompanhada de investimentos e políticas públicas que atendessem as necessidades básicas da população de baixa renda, principalmente, no setor da habitação.

O descaso do Estado não priorizando um planejamento habitacional para a população de baixa renda e a insuficiência de recursos públicos investidos em moradias populares impossibilitou grande parte da população ao acesso à moradia digna.

O aumento da demanda habitacional no espaço urbano somado a inércia do Estado na promoção de políticas públicas que, pelo menos, amenizassem o problema enfrentado pela população sem condições financeiras para adquirir sua moradia, provocou a intensificação do conflito pelo espaço urbano através de movimentos sociais que reivindicavam melhorias na qualidade de vida.

Apesar de a legislação tanto federal, estadual, quando municipal indicar uma erradicação dos conflitos sociais pela terra, a população de baixa renda, ainda encontra-se desassistida pelo poder público. Assim, a questão habitacional tomou proporções agravantes de conflito na disputa do solo urbano.

Foi possível entender também que, a dificuldade de possuir um pedaço de terra está vinculada a renda, dessa maneira, os baixos salários e o elevado índice de desemprego impossibilita o acesso à propriedade através dos meios legais estipulados pela legislação urbanística municipal.

Portanto, as estratégias utilizadas pela população de baixa renda, configuram-se na luta pela sobrevivência nas cidades. A invasão, resistência e reivindicações constituem-se na ação efetiva de cidadania, no sentido de fazer valer seus direitos.

Todavia, preocupa o fato de que população de baixa renda, muitas vezes, crente que esse ou aquele partido político irá solucionar seus problemas ou descrente de que a mobilização vai continuar conquistando junto ao poder público melhorias nas condições de vida, acabam gerando divergências e desmobilização no interior da própria comunidade, conforme foi verificado nesse estudo.

Assim, acredita-se que a população de baixa renda deve persistir na exigência de seus direitos, não só ao que se refere o direito à habitação, mas também o direito à cidade. Quanto ao poder público local deve trabalhar no sentido de amenizar os conflitos sociais promovendo diversas ações.

A identificação das situações de irregularidades, tanto fundiárias quanto urbanísticas, carências e conflitos habitacionais e fundiários é uma das ações estatal para erradicar os problemas existentes com a maior brevidade possível.

O aproveitamento dos vazios urbanos para projetos habitacionais que visassem a qualidade de vida da população de baixa renda é um mecanismo possível e de grande eficácia para a redução na demanda por moradias.

Também, cabe destacar que uma política efetiva de geração de emprego na cidade de Pelotas torna-se urgente mediante o número expressivo de desemprego que contribui para piorar as condições de vida da população carente.

Políticas de atividades rentáveis nas AEIS seria outra ação governamental que garantiria a renda, provavelmente, melhorando outras necessidades básicas, igualmente, importantes para a sobrevivência, como uma alimentação saudável.

Enfim, a urgência na ação do Estado, além de amenizar os sofrimentos da população carente, pode impedir o surgimento de outros conflitos priorizando a qualidade de vida e bem-estar dessas famílias.

Referências

ANDRADE, Thompson Almeida. SERRA, Rodrigo Valente SANTOS, Denis Paulo dos. **Pobreza nas cidades médias brasileiras**. In: Cidades Médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (251-293).

BAZARIAN, Jacob. **O problema da verdade: teoria do conhecimento**. São Paulo: Alfa-Omega, 1988. 223 p.

BID - **BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**. Disponível em: <http://www.bid.org>, acessado em 20/01/2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 1988.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001 – **Estatuto da Cidade**. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva (Org.). **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade**. Dourados: UFGD, 2008. 238 p.

CARLOS, A. F. A. **A (Re) Produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. 270 p.

_____. **Espaço – tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004. 154 p.

CARTER, Harold. **El estudio de la geografía urbana**. Traducción de la tercera edición inglesa: Joaquim Hernandez Orozco. Edición española, 1983. Instituto de Estudios de Administración Local, Santa Engracia, 7. Madrid. 578 p.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana (de 1937 ?)**. Tradução de Lúcia Helena de Oliveira Gerardi e Silvana Maria Pintaudi. São Paulo: DIFEL, 1985.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade**. São Paulo: Autores Associados, 1996. 212 p.

_____. **Pesquisa princípio científico e educativo**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996. 120 p.

FAVA, Vera Lúcia. **Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil**. São Paulo: ipeusp, 1984. 203 p.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada**. São Paulo: Boitempo, 2001. 207 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2000**. Centro de Estatística e Informações: Belo Horizonte, 2001. 203 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994. 207p.

GUIMARÃES, Álvaro. **Diário Popular**, Pelotas , 26 abril. 2004 . Cidade: rachaduras preocupam moradores do Ceval.

HARDMAN, Foot. LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991. 336 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br, acessado em 09/02/ 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica número 21 - Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. Tradução Estela dos Santos Abreu. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 359 p.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p.

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. Tradução de Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988. 209 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos (et al.). **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 232.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. 204 p.

MARTINS, José de Souza (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. 23 p.

MARTINS, Rogério Parentoni. MARI, Hugo. (editores). **Teoria do conhecimento**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2002. 246 p.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução de José Carlos Bruni. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1997.

MINAYO, Cecília de Souza (orgs) et. al . **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 81.

BRASIL. **MINISTÉRIO DAS CIDADES**. Disponível em: www.cidades.gov.br, acessado em: 24/01/2008.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

ORPLAN – Organização e Planejamento. **I Plano Diretor de Pelotas**. Porto Alegre: 1967. 170 p.

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO: **Saneamento e urbanização das favelas**. Disponível em: www.brasil.gov.br, acessado em: 24/01/2008.

PELOTAS. Lei nº 2565/80 institui o **II Plano Diretor de Pelotas** e estabelece diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas , e dá outras providências.

PELOTAS. Lei 5.502 **III Plano Diretor de Pelotas** e estabelece diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no município de Pelotas , e dá outras providências.

PELOTAS, Prefeitura Municipal de Pelotas. PELOTAS, Universidade Federal de Pelotas. NAUrb (Núcleo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo): **Relatório do Grupo de Trabalho: Áreas Especiais de Interesse Social – universidade como parceira na definição das políticas municipais de habitação social no contexto do PDP – Plano Diretor Participativo** (mimeo). Pelotas: NAUrb, 2007.

PEREIRA, Wladimir. **Demografia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 1978. 294 p.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 307 p.

RODRIGUES, Arlete Moysés Rodrigues. **Moradia nas cidades brasileiras**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. 72 p.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. Tradução de Antônia Dea Erdens e Maria Auxiliadora da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SARDI, Sérgio Augusto. **“Diálogo” e Dialética em Platão**. Porto Alegre: 1995.p. 39. Coleção FILOSOFIA – 22.

SEGUNDA CONFERÊNCIA DAS CIDADES. Disponível em: www.pelotas.com.br, acessado em: 25/01/2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 272.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998. 309 p.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2004/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. 364 p.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução (da 2ª ed. inglesa), Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio - espacial nas metrópoles brasileiras**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 366 p.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 218.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. **Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria**. Banco de Dados da Zona Sul - RS - ITEPA - . Boletim Informativo, Nº 18. Pelotas: EDUCAT. 186 p.

UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas). **Situação da população mundial 2007: Desencadeando o potencial do crescimento urbano, acessado em: 18/12/2007.**

VERRIÈRE, Jacques. **As políticas de população.** Tradução de Elzon Lenardon. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A.,1991. 177 p.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social do espaço urbano em Pelotas.** Pelotas: UFPel, 2005. 238 p.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. PEREIRA, Óthon Ferreira & DE TONI, Jackson Silvano. **A evolução urbana de Pelotas: Um estudo metodológico.** "In: História em Revista. N. 1. Pelotas: UFPEL, 1994. (21-34).

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário semi-estruturado aplicado aos moradores do Loteamento Ceval.

1. Identificação:

1.1. Nome:

1.2. Endereço:

1.3. Tempo de residência no local:

2. Características sócio-econômicas dos moradores.

Morador	Idade	Escolaridade	Ocupação	Contribuinte do INSS	Renda (em Reais)
A					
B					
C					
D					
E					
F					
G					
H					

3. Características do domicílio

3.1. Ligado à rede de energia elétrica?

Sim Não

3.2. Abastecimento de água.

Ligado à rede de abastecimento? Sim Não

Com canalização interna

Sem canalização interna

3.3. Esgotamento sanitário. Ligado à rede? Sim Não

Rede coletora.

Fossa séptica.

Outra forma.

3.4 Qual é o tipo de construção?

a. madeira.

b. alvenaria sem reboco.

c. alvenaria com reboco.

d. () mista.

4. Características do entorno

- 4.1. Iluminação pública. () Sim () Não
4.2. Coleta de lixo. () Sim () Não Freqüência: _____
4.3. Cobertura da rua: _____
4.4. Telefone público. () Sim () Não. Distância: _____
4.5. Transporte Coletivo. () Sim () Não. Distância: _____
4.6. Equipamentos de uso coletivo: () Sim () Não
4.7. Posto de Saúde. () Sim () Não. Distância: _____
4.8. Creche pública: () Sim () Não. Distância: _____
4.9. Posto policial. () Sim () Não. Distância: _____

5. Naturalidade: (se não for de Pelotas, quanto tempo reside na cidade?)

6. Local de moradia anterior:

7. Como descreve a moradia atual em relação a anterior?

8. Por que saiu de onde morava?

9. Por que veio morar aqui?

10. Qual é a relação jurídica com a propriedade?

- a. () Própria.
b. () Alugada.
c. () Cedida.
d. () Outra. Qual?

11. Como foi adquirida a moradia?

- a. própria.
- b. Alugada.
- c. cedida.
- d. outros.

12. Se construída, de que maneira?

- a. mutirão.
- b. com a ajuda dos familiares.
- c. pagou para profissionais da construção civil.

13. Descreva a relação da comunidade local com o poder público municipal?

14. No início da ocupação o poder público forneceu infra-estrutura (energia elétrica, água encanada, esgoto, coleta de lixo) para a comunidade?

15. Quais as estratégias de sobrevivência da família?

16. Existe algum tipo de organização comunitária?

17. Existe alguma ajuda (mutirão) para resolver os problemas locais?

APÊNDICE B - Rua principal do Loteamento Ceval - 2009



Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

APÊNDICE C – Trânsito de Charretes nas ruas do Loteamento Ceval – 2009.



Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

APÊNDICE D – Áreas baldias com depósito de lixo e charrete – 2009.



Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

APÊNDICE E – Terreno baldio no Loteamento Ceval– 2009.



Fonte: Maria de Fátima Santos da Vara, 2009.

ANEXOS

ANEXO A - Fotografia do Loteamento Ceval - 2004



Fonte: Eneida Rodrigues Tavares, 2004.

ANEXO B - Fotografia da área de lazer do Loteamento Ceval – 2004.



Fonte: Eneida Rodrigues Tavares, 2004.

ANEXO C - Fotografia das casas em processo de construção - 2006



Fonte: Eneida Rodrigues Tavares, 2006.

